



EMA E - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A.
CNPJ 02.302.101/0001-42 - Empresa Aberta
http://www.emae.sp.gov.br

SECRETARIA DE
SANEAMENTO E ENERGIA



GOVERNO DO ESTADO DE
SÃO PAULO
TRABALHANDO POR VOCÊ

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO - 2007

I. MENSAGEM AOS ACIONISTAS

Senhores Acionistas,

A Administração da EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, com os pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007.

A maior parte dos ativos da EMAE está localizada em áreas urbanas densamente povoadas e tem como principal característica permitir o uso múltiplo dos recursos hídricos existentes na bacia hidrográfica em que está localizada.

A multiplicidade de usos representa benefícios indiscutíveis para a sociedade, mas o crescimento populacional da região metropolitana, na área de atuação da EMAE, trouxe conflitos e restrições operativas que oneraram de forma significativa os resultados da Empresa.

Adicionalmente, com a implantação, em 2004, das alterações introduzidas no modelo institucional do Setor Elétrico, as receitas da EMAE foram afetadas pelas novas regras que inviabilizaram a comercialização da energia elétrica proveniente da Usina Termoelétrica Piratininga.

Apesar das mencionadas dificuldades, a EMAE vem consistentemente, ao longo de seus dez anos de atividade, buscando superá-las através de ações de caráter técnico e administrativo, para firmar-se como uma empresa equilibrada do ponto de vista econômico-financeiro.

No ano de 2007 a EMAE fez avanços significativos nas ações para restabelecer as condições operacionais de seus principais ativos, definindo com a Petrobras um novo modelo de negócio, adequado à gestão conjunta dos empreendimentos fisicamente interligados e relacionados, motivado pela necessidade de exploração plena das Usinas Termoelétricas Piratininga, da EMAE, e Fernando Gasparian, da Petrobras.

O arrendamento dos ativos da Usina Termoelétrica Piratininga para a Petrobras foi o modelo de negócio adotado como solução que compatibiliza os interesses de ambas as partes. A transferência da concessão para explorar a UTE Piratininga para a Baixada Santista Energia S.A. - BSE, subsidiária integral da Petrobras, condição necessária para efetivação do contrato de arrendamento, foi autorizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL através da Resolução nº 1.218, de 22 de janeiro de 2008.

Também durante o ano de 2007 foram tomadas as medidas necessárias para retomar, a partir do mês de setembro, os testes no sistema de flotação, conforme acordo com o Ministério Público, para tratar 10m³/s das águas do Rio Pinheiros, possibilitando uma geração adicional na Usina Henry Borden, em Cubatão.

Outras ações encontraram-se em andamento para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, entre elas, estudos para viabilizar empreendimentos destinados a aumentar a capacidade de produção de energia da EMAE, abrangendo a motorização da Barragem Edgard de Souza e a PCH Pirapora, ambas no Rio Tietê.

II. O SETOR ELÉTRICO

Ambiente Regulatório

A Constituição Federal estabelece que a exploração dos serviços e instalações de energia elétrica pode ser realizada diretamente pelo Governo Federal ou indiretamente por meio da outorga de concessões, permissões ou autorizações. Historicamente, o setor elétrico brasileiro foi explorado principalmente por concessionárias de geração, transmissão e distribuição controladas pelo Governo Federal e Estadual. Desde 1993, as normas que regulamentavam o setor elétrico brasileiro começaram a ser profundamente alteradas e parcela significativa de empresas estatais foi transferida para controle privado a partir de 1995. Em 1998, com apoio de consultoria internacional contratada, foi apresentado novo modelo da re-estruturação setorial.

Em 2001, o País enfrentou uma grave crise energética que perdurou até o final do primeiro bimestre de 2002. Em consequência, o Governo Federal implementou medidas para reverter o modelo ainda em transição, em busca de sua revitalização. Em 2003, a nova administração federal reabriu as discussões e mudanças na forma de funcionamento do setor elétrico foram introduzidas. O modelo atualmente vigente no Setor Elétrico foi instituído por meio da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, posteriormente regulamentada por diversos decretos, dentre os quais destaca-se o Decreto 5.163, de 30/07/2004, que regulamentou a comercialização de energia, o processo de outorga de concessões e definiu as bases dos leilões de energia.

As operações de compra e venda de energia elétrica são realizadas em dois diferentes segmentos de mercado: (i) o Ambiente de Contratação Regulada - ACR, onde as distribuidoras compram, por meio de licitações, toda a energia elétrica necessária para fornecimento a seus consumidores cativos; e (ii) o Ambiente de Contratação Livre - ACL, que compreende a compra e venda de energia elétrica livremente negociadas entre concessionárias geradoras, produtores independentes de energia elétrica, autoprodutores, comercializadores de energia elétrica, importadores de energia elétrica e consumidores livres.

Apesar das modificações efetuadas, com nova sistemática de expansão da oferta, pode-se constatar, através das declarações e artigos publicados de autoria de especialistas e de entidades representativas de agentes do setor, problemas a serem resolvidos e limitações estruturais que sinalizam dificuldades de suprimento e custos crescentes da energia elétrica a curto e médio prazo.

Mercado de Energia Elétrica

O total de energia elétrica consumido por consumidores livres e cativos no país alcançou 311.897 GWh, acumulado até outubro de 2007, significando um aumento de 5,3% sobre o mesmo período do ano anterior. Considerando o resultado acumulado em 12 meses findos em outubro, a taxa do consumo total encontra-se em 5,1%, conforme Boletim da Estatística Mensal de Energia Elétrica - Outubro de 2007, de 27/12/2007, elaborado pela EPE - Empresa de Pesquisa Energética. Essas informações são preliminares.

Em 2007 continuou a migração de consumidores do mercado cativo para o mercado livre, porém a um ritmo menor que em anos anteriores. O mercado livre representa um consumo de 25,4% do mercado total brasileiro. A perspectiva para o ano de 2008 é que o mercado de energia elétrica tenha um crescimento de cerca de 5,4%, conforme previsto no Plano Decenal de Expansão de Energia 2007-2016, elaborado pela EPE.

A capacidade instalada no Estado de São Paulo, em outubro de 2007, em usinas hidrelétricas e termelétricas, era de 17.831,5 MW, correspondendo a aproximadamente 18,0% do total da capacidade instalada no Brasil de 98.011,0 MW. A EMAE possui uma capacidade instalada de 1.421,44 MW, respondendo por cerca de 7,9% da capacidade instalada no Estado de São Paulo e cerca de 1,4% do Brasil.

No período de janeiro a outubro de 2007, a geração de energia elétrica no Estado de São Paulo foi de 56.373 GWh (59,2% das necessidades do Estado de 95.157 GWh) representando uma redução de 2,3% sobre o total gerado no mesmo período de 2006.

III. A COMERCIALIZAÇÃO E PRODUÇÃO DE ENERGIA DA EMAE

Sistema Energético Operado pela EMAE

O complexo hidroenergético do Alto Tietê, sob concessão da EMAE, tem como principal característica permitir o uso múltiplo dos recursos hídricos existentes na bacia hidrográfica em que está localizada. Construído ao longo da primeira metade do século passado com o objetivo principal de gerar energia, foi assumindo, ao longo do tempo, outros importantes usos como a preservação de água para abastecimento público, o controle de cheias, o saneamento da bacia e o lazer. Esse complexo está centrado na Usina Hidroelétrica Henry Borden e nos reservatórios Billings e Pedras, que a abastecem. O sistema hidroenergético é constituído também pelas barragens de Pirapora e Edgard de Souza, no Rio Tietê, pela Estrutura de Retiro e pelas usinas elevatórias de Traição e Pedreira, no Canal Pinheiros, além do reservatório e Canal do Guarapiranga.

A EMAE dispõe, ainda, no Médio Tietê, de duas pequenas usinas hidroelétricas, a UHE Rasgão, no município de Pirapora do Bom Jesus, e a UHE Porto Góes, no município de Salto do Vale do Paraíba, município de Pindamonhangaba, está instalada a UHE Isabel, atualmente fora de operação.

A EMAE é também proprietária da Usina Termoelétrica Piratininga localizada na Região Metropolitana de São Paulo, cujos ativos estão sendo arrendados à Petrobras para possibilitar adequada gestão comercial da energia produzida em conjunto com a Usina Termoelétrica Fernando Gasparian da Petrobras, movida a gás natural e atualmente interligada para funcionamento em ciclo combinado.

Diferencial estratégico

O parque gerador da EMAE encontra-se estrategicamente localizado junto a duas importantes regiões metropolitanas do país, a de São Paulo e a da Baixada Santista, dispensando o uso de extensas linhas de transmissão para o transporte dessa energia, com consequente aumento do grau de confiabilidade desse suprimento. Esta característica possibilita também o atendimento, quando em situações de emergência, de cargas prioritárias na região metropolitana, como hospitais, metrô e vias públicas, dentre outras, contribuindo, dessa forma, com a manutenção do bem estar social.

Comercialização de Energia

A EMAE comercializa sua energia assegurada no Ambiente de Contratação Regulado - ACR, através dos Contratos de Compra de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR s, com as distribuidoras de energia, e no Ambiente de Contratação Livre - ACL, negociados com as comercializadoras e consumidores livres.

Ao final de 2007, a EMAE tinha 132,2 MW médios de contratos comercializados, sendo que 118,6 MW médios (89,7%) no ACR e 13,6 MW médios (10,3%) no ACL.

Foi possível comercializar, também, em 5 meses do ano, contratos de curto-prazo (ex-post). Essa comercialização ocorreu através da participação da EMAE em Leilões ou Chamadas Públicas de Compra de Energia Elétrica de Curto Prazo.

É importante salientar que a EMAE limitou-se a comercializar a sua energia disponível de origem hidráulica. A energia de origem térmica, da UTE Piratininga, não obteve preços compatíveis com seus custos nos leilões de energia realizados durante o ano de 2007, já que o arcabouço regulatório não estabelece condições econômicas favoráveis à comercialização da energia considerada existente (energia velha), após extinção do reembolso do insumo por meio da CCC - Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis.

Comercialização no ACR

A EMAE efetuou suprimento de energia elétrica a 35 distribuidoras do Brasil, participantes do "Primeiro Leilão de Energia Existente" realizado em dezembro de 2004, conforme CCEAR s - Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado, sendo 85 MW médios no produto 2005-2012, comercializados a R\$ 60,84 por MWh, 33 MW médios no produto 2006-2013 a R\$ 69,21 por MWh e 5 MW médios no produto 2007-2014 a R\$ 75,75 por MWh (preços na base jan/05). Foram também supridas 7 distribuidoras participantes do "Terceiro Leilão de Energia Existente" realizado em outubro de 2005, no montante total de 3 MW médios correspondentes ao produto 2006-2008 a R\$ 63,24 por MWh (preço na base out/05).

Comercialização no ACL

Médio e Longo Prazo

O fornecimento de 13,6 MW médios neste ambiente corresponde a 2 contratos, um para o ano de 2007, de 8,0 MW médios, e outro para o período 2007-2009, de 5,6 MW médios.

Durante o ano, mais 4 contratos foram formalizados, com total de 18 MW médios, com os fornecimentos iniciando-se a partir de 2008 e prazos variando até 2017.

Curto Prazo

No chamado mercado "ex-post", a EMAE realizou os seguintes negócios:

- Em 15/02/2007, a COPEN Paulista de Energia Ltda. realizou Chamada Pública de Compra de Energia Elétrica de curto prazo nº 07/2007 onde a EMAE vendeu 70 MW médios (ex-post) para o período de 01/02/2007 a 28/02/2007 a R\$ 27,62 por MWh, ou seja, o PLD (Preço médio de Liquidação das Diferenças publicado pela CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) no mês de fevereiro no submercado Sudeste R\$ 17,59 por MWh acrescido de 57% (R\$ 10,03 por MWh), resultando em um faturamento de R\$ 1.301 mil.

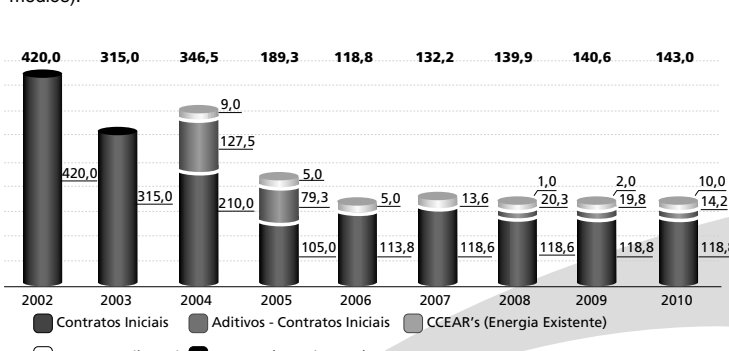
- Em 30/03/2007, a Comercializadora de Energia Elétrica Ltda. - COMERC realizou Leilão de Compra de Energia Elétrica de curto prazo SECC nº 01/2007 onde a EMAE vendeu 50 MW médios (ex-post) para o período de 01/03/2007 a 31/03/2007 a R\$ 25,15 por MWh, ou seja, o PLD no mês de março, submercado Sudeste R\$ 17,59 por MWh acrescido de 43% (R\$ 7,56 por MWh), resultando em um faturamento de R\$ 936 mil.

- Em 03/09/2007, a CPFL Comercializadora Brasil S.A. realizou Chamada Pública de Compra de Energia Elétrica de curto prazo nº 08/2007 onde a EMAE vendeu 20 MW médios (ex-post) para o período de 01/08/2007 a 30/08/2007 a R\$ 47,37 por MWh, ou seja, o PLD no mês de agosto no, submercado Sudeste R\$ 39,27 por MWh acrescido de R\$ 8,10 por MWh, resultando em um faturamento de R\$ 705 mil.

- Em 09/10/2007, a Comercializadora de Energia Elétrica Ltda. - COMERC realizou Chamada Pública de Compra de Energia Elétrica de curto prazo nº 05/2007 para a CDSA - Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A., onde a EMAE vendeu 20 MW médios (ex-post) para o período de 01/09/2007 a 30/09/2007 a R\$ 160,53 por MWh, ou seja, o PLD no mês de setembro no, submercado Sudeste R\$ 17,59 por MWh acrescido de R\$ 11,00 por MWh, resultando em um faturamento de R\$ 2.312 mil.

- Em 12/11/2007, a Comercializadora de Energia Elétrica Ltda. - COMERC realizou Chamada Pública de Compra de Energia Elétrica de curto prazo nº 06/2007 para a CDSA - Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A., onde a EMAE vendeu 10 MW médios (ex-post) para o período de 01/10/2007 a 31/10/2007 a R\$ 212,13 por MWh, ou seja, o PLD no mês de outubro no, submercado Sudeste R\$ 198,13 por MWh acrescido de R\$ 14,00 por MWh, resultando em um faturamento de R\$ 1.576 mil.

O gráfico seguinte ilustra a alocação da energia comercializada pela EMAE (MW médios).

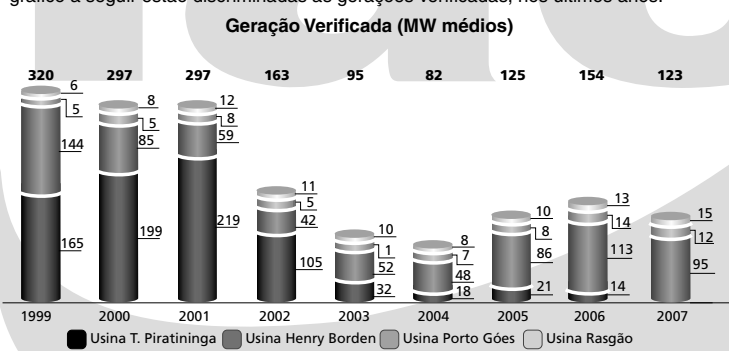


Produção de Energia

Desempenho da EMAE

A EMAE opera a usina UHE Henry Borden, as pequenas Usinas do médio Tietê e a Usina Termoelétrica Piratininga, obedecendo ao despacho centralizado comandado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, responsável pela operação otimizada do Sistema Interligado Nacional - SIN.

Em 2007, as usinas da EMAE produziram 1.073,86 GWh (122,5 MW médios). No gráfico a seguir estão discriminadas as gerações verificadas, nos últimos anos:



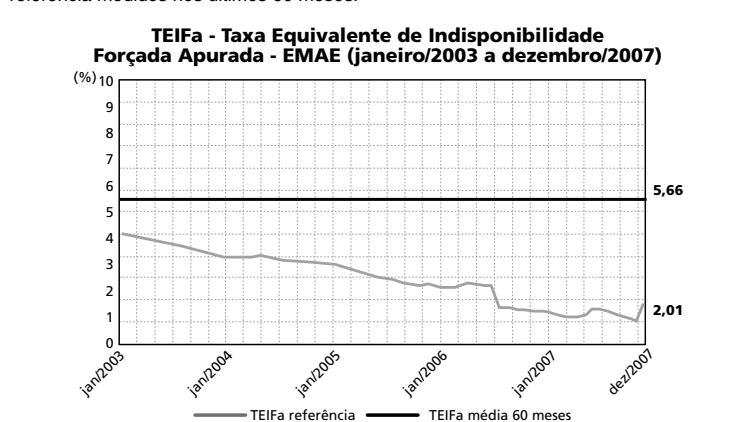
USINA	2003	2004	2005	2006	2007
UHE Henry Borden	457,07	420,61	750,64	990,99	835,94
UTE Piratininga	284,36	160,69	185,33	128,56	-
Pequenas Usinas (Rasgão e Porto Góes)	94,77	135,99	159,80	232,37	237,92
Total	836,20	717,29	1.095,77	1.351,92	1.073,86

A geração nula verificada na Usina Termoelétrica Piratininga ocorreu em função do não despacho pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, aliada ao impacto do término da Conta de Consumo de Combustíveis, mecanismo que promovia o ressarcimento dos custos dos combustíveis fósseis das térmicas (Decreto Federal nº 73-102, de 07/7/1979) e que elevou o custo de produção a partir de 01 de janeiro de 2006 (Lei Federal nº 9.648, de 27/05/1998 e Resolução ANEEL nº 261, de 13/08/1998), e à indisponibilidade de gás natural como insumo de produção, a partir do segundo semestre de 2006. Em função das regras de comercialização vigentes, a usina permanece sem ter sua energia contratada, estando em andamento as tratativas para seu arrendamento à Petrobras.

A geração inferior à verificada no ano 2006 na UHE Henry Borden, apesar de atender as solicitações do ONS para redução de déficits de geração no SIN, é decorrente das condições de armazenamento do Reservatório Billings durante o ano.

Taxa de Desempenho das Unidades Geradoras

A tabela a seguir mostra o desempenho das unidades geradoras com índices abaixo da referência medidos nos últimos 60 meses.



Essa evolução no desempenho resulta do esforço das equipes de manutenção, treinamento e planejamento adequados, além da melhoria dos serviços realizados com recursos próprios, atingindo excelente nível de qualidade.

Hidrologia

A chuva média acumulada em 2007 foi de 1.162 mm na rede de 14 postos pluviométricos utilizada na operação do sistema hidráulico da EMAE, representando cerca de 82% da média histórica.

As vazões afluentes aos reservatórios Billings e Pedras, responsáveis pela alimentação da Usina Henry Borden, também apresentaram valores próximos a 82% da média histórica em 2007. O Reservatório Billings, que iniciou 2007 com 65,9% de seu volume útil, atingiu o máximo de 72,1% em meados de março, e encerrou o ano com armazenamento de 59,4%.

O bombeamento das águas dos rios Tietê e Pinheiros para o Reservatório Billings é feito em conformidade com a Resolução Conjunta SEE-SMA-SRHSO 1, de 13/03/96. Em 2007, ocorreram 40 eventos de bombeamento para controle de cheias na Usina Elevatória de Pedreira, totalizando 595 horas de bombeamento no ano. A média anual da vazão bombeada correspondeu a 4,5% da vazão afluente ao Rio Tietê em Edgard de Souza.

Fornecimento de Água Bruta para Consumo

Dos reservatórios Guarapiranga e Billings, operados pela EMAE, a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP captou, durante o ano de 2007, vazões médias de 11,5 m³/s (excluída a vazão de 2,3 m³/s revertida do braço Taquacetuba, pertencente ao Reservatório Billings) e 7,1 m³/s, respectivamente, que corresponderam a cerca de 29% da produção de água para abastecimento público da Região Metropolitana de São Paulo.

IV. EXPANSÃO E MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE GERAÇÃO

Modernização e Ampliação da UTE Piratininga

A Usina Termoelétrica Piratininga, com 472 MW de Potência Instalada, e construída entre 1954 e 1960, continua sendo de grande importância para o sistema elétrico. Desde 1999, a EMAE vem desenvolvendo ações para modernizar a usina e prolongar a sua vida útil destacando-se, neste contexto, a transformação de três de suas caldeiras para queima de gás natural em substituição ao óleo combustível, o que propiciou reduções de custos e melhorias ao meio ambiente.

Além da modernização, com a respectiva troca de combustíveis, uma parceria entre a EMAE e a Petrobras, firmada em 2001, viabilizou a construção da UTE Nova Piratininga (atual Fernando Gasparian) e a introdução do ciclo combinado, tecnologia que permite a obtenção de sensíveis reduções de custos e ganhos de eficiência no processo térmico. No dia 31/12/2004, as quatro turbinas a gás desta usina com 400 MW de potência instalada receberam declaração de operação comercial.

Entretanto, as modificações introduzidas pela Lei nº 10.848, de 15/03/2004, que dispôs sobre a comercialização de energia elétrica pelos agentes de geração, estabeleceram que a energia proveniente de empreendimentos existentes (chamada "energia existente") fosse comercializada separadamente daquela proveniente de empreendimentos novos (chamada "energia nova"). Além disso, permitiu que usinas construídas a partir de 2000, que não tivessem contratado sua energia até 16 de maio de 2004, pudessem comercializar sua energia como nova, como é o caso da UTE Fernando Gasparian.

Assim, houve um "descasamento" entre a comercialização da UTE Fernando Gasparian e da UTE Piratininga. A comercialização da energia produzida pelas unidades 3 e 4 da UTE Piratininga ficou dependente da estratégia da Petrobras em relação à UTE Fernando Gasparian no que se refere aos contratos de suprimento de combustível. Esse problema ficou evidente pela recusa, por parte da Empresa de Pesquisa Energética - EPE, em aceitar a inclusão da UTE Piratininga na intenção de venda da EMAE, para o 1º leilão de energia existente (realizado em 07/12/2004).

Apesar de todos os esforços empreendidos pelas duas Empresas e dos investimentos feitos pela Petrobras, o novo marco regulatório do setor elétrico inviabilizou a comercialização da UTE Piratininga, mesmo em ciclo combinado. Segundo a regulamentação vigente, a UTE Piratininga pode comercializar energia apenas por meio dos leilões de energia existente, cujo preço máximo fixado pelo órgão regulador é muito inferior aos custos da usina, especialmente em função do preço do combustível.

Por outro lado, a UTE Fernando Gasparian pode comercializar energia nos leilões de energia nova, cujo preço é maior, mas que também não remunera a operação em ciclo aberto, ou seja, sem o ciclo combinado que interliga duas usinas apenas operacionalmente, mas que são obrigadas a comercializar sua energia a preços diferentes, que não as remunera, perdendo, assim a vantagem da maior eficiência do ciclo combinado.

Diante deste cenário, desde 2004 as empresas mantiveram negociações visando estabelecer um novo modelo de negócio que fosse adequado à gestão conjunta desses empreendimentos. Das alternativas estudadas, o arrendamento dos ativos da EMAE pela Petrobras foi a que se mostrou mais vantajosa no sentido de compatibilizar os interesses das partes envolvidas no negócio.

Em 10 de abril de 2007, a Assembleia Geral Extraordinária da EMAE aprovou a "Operação de Arrendamento dos Ativos da Usina Termoelétrica Piratininga - UTE Piratininga" para a Petrobras, sendo que o Contrato de Arrendamento foi assinado em 27/04/2007.

A eficácia do referido Contrato dependia de serem atendidas algumas condições suspensivas, todas superadas ao longo de 2007, à exceção da aprovação da ANEEL, o que apenas ocorreu em 22/01/2008, através da Resolução Autorizativa nº 1.218, que transfere da EMAE para a Baixada Santista Energia S.A., subsidiária integral da Petrobras, a concessão para exploração da UTE Piratininga.

Sistema de Melhoria da Qualidade das Águas Afluentes ao Canal Pinheiros

Visando viabilizar a implantação de um sistema que possibilite a melhoria das águas afluentes ao Rio Pinheiros, foram instaladas, nos 5 km próximos ao Reservatório Billings desse Rio, duas estações de tratamento com capacidade instalada de 10 m³/s, visando o atendimento do disposto no artigo 46 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de São Paulo, que proibiu o bombeamento de águas poluídas para o Reservatório Billings. Concluídas em meados de 2003, as estações, que utilizam a tecnologia da flotação em fluxo, não puderam entrar em operação devido a uma Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público Estadual e acatada pelo Juiz da 13ª Vara da Fazenda Pública do Estado de São Paulo, condicionando a entrada em operação ao desenvolvimento e aprovação de estudos de impactos ambientais.

Negociações realizadas ao longo de 2007, entre o Governo do Estado de São Paulo, o Ministério Público e a EMAE, conduziram à assinatura de um Termo de Composição entre as partes permitindo a operação do sistema, em caráter de teste, pelo prazo de 6 a 12 meses. Os resultados obtidos no período de teste, que foram iniciados em 30/08, serviram de subsídios técnicos para a elaboração do EIA-RIMA do sistema em sua fase final, cuja capacidade de tratamento prevista é de 50 m³/s. Cabe salientar que o Termo de Referência para elaboração do EIA-RIMA já foi aprovado pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente.

Pequenas Centrais Hidroelétricas - PCHs

No atual cenário do setor elétrico, a expansão da demanda de energia, o baixo impacto ambiental e o benefício tarifário das Pequenas Centrais Hidroelétricas - PCHs aumentaram significativamente a atratividade destas usinas. Neste enfoque, foram intensificados, ao longo do ano, estudos e obras objetivando expandir a oferta de energia elétrica a curto e médio prazo, através da expansão das Pequenas Centrais Hidroelétricas existentes e o investimento em novos empreendimentos no rio Tietê identificados através do inventário realizado pela EMAE, no referido corpo d'água e indicadas a seguir:

Implantação de PCH na atual Barragem de Pirapora

Construção da usina junto à Barragem de Pirapora, com capacidade de 25 MW na modalidade PCH, já registrada pela ANEEL, homologada para participação nos leilões de energia nova e com a Licença Prévia concedida pelo órgão ambiental. Este empreendimento, que resolverá um dos mais sérios problemas ambientais do Estado (espumas na Barragem de Pirapora) está previsto para entrar em operação até o final de 2010.

Remotorização da Usina de Edgard de Souza

Instalação de unidade geradora na casa de força existente, em substituição à máquina originalmente instalada, que foi transferida para a Usina Elevatória de Pedreira com vistas a ampliar a capacidade de bombeamento para controle de cheias. Esse empreendimento com capacidade de 11 MW, já está incluído no orçamento da EMAE para os próximos anos, e deverá entrar em operação em meados de 2010.

A PCH Izabel (2,6 MW de capacidade instalada) encontra-se fora de operação em função de danos ambientais causados pelo deslizamento de encosta e no decorrer do ano foram realizados serviços para atendimento a Termos de Compromisso de Recuperação Ambiental.

Outros Investimentos

Durante 2007, deram continuidade ou foram iniciados empreendimentos com o objetivo de manter e/ou melhorar o desempenho dos equipamentos bem como atender as necessidades



EMA E - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A.
CNPJ 02.302.101/0001-42 - Empresa Aberta
http://www.emae.sp.gov.br

SECRETARIA DE SANEAMENTO E ENERGIA



RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO - 2007

Tecnologia da Informação

Foi dada continuidade à reestruturação da Rede Corporativa, visando melhorar a performance e segurança no tráfego de dados, otimizar o uso dos equipamentos e permitir a disponibilização de sistemas e serviços em rede, destacando-se as seguintes ações:

- Distribuição de 156 estações de trabalho, adotando-se a estratégia de remanejamentos com inserção de novos equipamentos e remanejamento de equipamentos usados, promovendo melhorias nos equipamentos de aproximadamente 300 funcionários, no total.
- Atualização tecnológica de todo o parque de servidores, proporcionando melhorias da performance e da segurança no acesso a serviços de Internet (navegação, e-mail, transferência de arquivos, entre outros) e incremento na confiabilidade no acesso a informações relacionadas aos sistemas aplicativos disponíveis na Rede Corporativa da Empresa.
- Substituição gradual dos monitores de vídeo das estações de trabalho, passando da tecnologia CRT para LCD, adequando o parque computacional à NR-17 do Ministério do Trabalho e Emprego.
- Ampliação no uso de correio eletrônico, proporcionando acesso a este recurso a 100% dos funcionários e ampliando o uso de sistemas colaborativos.

Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

Com a assinatura do contrato de concessão com a ANEEL, em 12 de novembro de 2004, a EMAE assumiu o compromisso da aplicação mínima anual de 1% da ROL-Receta Operacional Líquida em P&D, de acordo com a Lei nº 9.991/2000.

Para o 1º ciclo de P&D, 2006/2007, a empresa destinou R\$ 1.555 mil ao programa, sendo R\$ 622 mil para o desenvolvimento de projetos sob a gestão direta da EMAE. A verba restante está sendo paga em cotas, sendo R\$ 622 mil ao FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, e R\$ 311 mil à EPE - Empresa de Pesquisa Energética, conforme a lei. Estão em andamento os quatro projetos aprovados pela ANEEL, para o ciclo, indicados a seguir:

- Alternativas de Uso e destinação dos sedimentos da calha do Canal do Rio Pinheiros;
- Estudo do Potencial Eólico e Solar na região da casa de Válvulas da Usina Henry Borden;
- Identificação e tratamento das Interferências de harmônico, temporais e especiais, nas perdas, rendimentos e vida útil de máquinas síncronas;
- Repovoamento vegetal para a recuperação de áreas degradadas.

Além desses, o Departamento de Engenharia está executando o projeto de P&D de cooperação entre a CESP e a EMAE, para o Sistema de Flotação e Remoção de Flutuantes para a Melhoria da Qualidade Ambiental das Águas Afluentes do Canal Pinheiros.

VI. INVESTIMENTO EM DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

Treinamento e Desenvolvimento

A empresa atende às diversas necessidades de treinamento e desenvolvimento dos empregados. No período de 2007 ocorreram 903 participações de empregados em treinamento nas categorias de cursos, palestras, seminários, congressos e reciclagem para atualização tecnológica. Das principais atividades desenvolvidas, destacam-se:

- execução do Programa de Certificação de Operadores e Despachantes, assegurando que esses profissionais estão devidamente habilitados para o pleno desenvolvimento de suas atividades.
- em decorrência da atualização tecnológica do Sistema de Gestão Empresarial SAP R/3, da versão 4.5B para My SAP ECC 6.0, usuários operacionais e gerenciais receberam, através de treinamento ministrados por monitores internos, as instruções básicas para utilização e migração da nova versão, que entrou em produção a partir de outubro.

Além dos cursos regulares de capacitação, outras ações de treinamento foram desenvolvidas:

Programa de Concessão de Bolsa de Estudos

Com o objetivo de facilitar, por meio de subsídio, a formação escolar dos empregados que frequentam cursos pagos de 1º, 2º e 3º graus, aprovados pelo Ministério da Educação, que comprovam aprovação no ano letivo. Em 2007 foram beneficiados 37 empregados.

Programa de Estágio Curricular

Programa destinado a estudantes de nível universitário e de nível técnico, visando proporcionar-lhes a oportunidade para complementarem sua formação escolar. Os estudantes contam com bolsa de complementação, auxílio-alimentação e assistência médico-hospitalar. No ano de 2007, foram beneficiados 29 estagiários.

Programa de Aprendiziz

Em conformidade com o Decreto nº 10.097, de 19/12/2000, que altera o dispositivo da CLT, aprovado pelo Decreto Lei nº 5.452, de 01/05/43, este Programa propiciou a 9 aprendiziz, estudantes dos cursos mantidos pelo sistema SENAI e compatíveis com as atividades desenvolvidas na Empresa, a oportunidade de ensino profissionalizante e qualificação profissional.

Saúde

Sempre foi uma característica da EMAE a atenção com a saúde dos empregados. Este fato se evidencia por sua atuação, que excede o cumprimento das exigências legais tanto em ações afirmativas na área de saúde, promovendo campanhas e programas, como no estabelecimento do perfil dos exames médicos complementares, acompanhados através do PCMSO - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional.

Atuação Preventiva

- Campanha Interna de Vacinação Antigripal: em 2007, a EMAE ofereceu dose da vacina antigripal a todos os empregados como ação de medicina preventiva e preservando a saúde do corpo funcional. Foram vacinados 352 empregados.
- Mobilização contra Dengue: representação no Comitê Estadual de Mobilização contra a Dengue, com o objetivo de discutir e organizar estratégias junto aos órgãos da área da Saúde no âmbito federal e estadual, com a participação da sociedade civil, buscando ações contínuas de combate a dengue.

Atendimentos

- Ambulatoriais: foram registrados 3.925 atendimentos médicos e de enfermagem, prestados pelos profissionais do ambulatório médico São Paulo e 1.153 pelos de Cubatão, totalizando 5.078.
- Coleta de Materiais para Exames Laboratoriais: A partir de 2007, os empregados que trabalham na sede da Empresa, passaram a ter mais uma opção de efetuar exames médicos complementares (laboratoriais, eletrocardiograma, eletroencefalograma, audiometria e avaliação odontológica) na própria empresa, buscando facilitar a realização desses exames. O oferecimento desse benefício foi precedido da preparação de um local apropriado, com base nas diretrizes estabelecidas na NR 32, dotado de divisões específicas para realização de cada exame, e o estabelecimento de parcerias com recursos médicos especializados. Utilizaram-se desses serviços 364 empregados.

Semana da Saúde

Durante uma semana foram desenvolvidas atividades voltadas aos cuidados com a saúde como: aplicação de testes sobre qualidade de vida, estresse e auto-estima, com devolutivas e orientações específicas de acordo com os resultados; orientações básicas de saúde integrada, qualidade de vida, e cuidados com a pressão arterial; distribuição de guia alimentar para a saúde do coração; *quick massage*; palestra e teatro com enfoque na prática de hábitos saudáveis.

Serviço de Locomoção - 24 horas

Disponibilização de serviços de atendimento médico - 24 horas para transporte de pessoas que apresentem problemas de saúde ou lesões decorrentes de acidentes, através de ambulância simples ou, se for o caso, com UTI - Unidade de Terapia Intensiva e médico, para algum tipo de recurso médico de primeiros socorros.

Campanha de Incentivo ao Consumo de Frutas e Hortaliças

Em 2007 foi implantado, em parceria com o Departamento de Nutrição da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, o Programa de Promoção do Consumo de Frutas e Hortaliças, com o objetivo de incentivar os empregados para o hábito de uma alimentação mais saudável.

Programa de Prevenção e Recuperação de Dependentes do Álcool e outras Drogas

Com o objetivo de prevenir o desenvolvimento da dependência de álcool e outras drogas e integrar o dependente no contexto familiar, trabalho e comunidade, através do resgate da cultura de hábitos saudáveis e da promoção da saúde e da qualidade de vida, este Programa atende, além de empregados da EMAE, os empregados de empresas contratadas e os integrantes do Programa Frente de Trabalho, incluindo seus familiares.

Programa de Readaptação Funcional

Este programa possui 163 cadastrados e tem como finalidade aproveitar a capacidade de trabalho dos empregados que, impossibilitados de exercerem plenamente as tarefas de seus cargos, em função de acidente de trabalho ou doença, ligada ou não a atividade profissional, estejam aptos a se dedicarem à Empresa em outras funções, do mesmo cargo ou de outro, respeitando-se as suas limitações físicas, emocionais e mentais.

Serviço Social

Com o objetivo de promover o bem-estar social, físico e psicológico dos seus empregados, a EMAE investe na capacitação de seus profissionais, visando oferecer, em conjunto com a área de medicina do trabalho, os seguintes serviços:

- Orientar quanto à importância do controle da pressão arterial, da realização dos exames médicos periódicos e os cuidados com a saúde e o bem-estar;
- Palestras sobre diversos temas como dependência química, economia doméstica, relacionamento familiar, além de incentivar o desenvolvimento de atividades que contribuem para a saúde física e psicológica dos empregados (ginástica, atividades recreativas, artísticas e sociais), enfocando a importância da qualidade de vida.
- Atendimentos individuais aos empregados e familiares, através de orientações e encaminhamentos das demandas apresentadas (funeral, convênios médicos, visitas domiciliares e hospitalares, orientação financeira, etc.);
- Atendimentos individualizados como um canal e meio confidencial para ouvir os empregados;
- Participação na organização da Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho - SIPAT, oferecendo temas que contribuíam com problemáticas identificadas pelo Serviço Social.

Segurança do Trabalho

Com o objetivo de assegurar o bem estar dos empregados e seus prestadores de serviços, a EMAE procura manter-se na vanguarda das melhores práticas relativas à segurança do trabalho, implementando medidas e programas com foco na prevenção de acidentes. Além das atividades de rotina, foram desenvolvidas as seguintes ações:

- Participação no grupo de trabalho que calculou o nível de calor irradiado, o grau e o modelo da vestimenta de proteção, a ser utilizada pelos profissionais em atividade no Sistema Elétrico de Potência.
- Participação e acompanhamento da CIPA's em todas suas atividades, bem como na organização da Semana Interna de Prevenção de Acidentes - SIPAT.
- Elaboração e realização de cursos previstos na NR 10, incluindo simulados para os componentes da Brigada de Emergência.
- Em conformidade com a NR 18, 631 profissionais das empresas contratadas e prestadores de serviços, receberam treinamento de segurança.
- Elaboração do Manual de Gestão de Segurança para Contratadas, Fornecedores e Prestadores de Serviços, já contemplando as exigências da NR 10;
- Palestras e diálogos de segurança nas áreas operativas e engenharia;
- Elaboração e acompanhamento do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais.
- Promoção de workshops destinados aos membros das CIPAs, através de encontros bimestrais, visando a integração e aproximação de seus integrantes e a melhoria na gestão.

VII. ATIVIDADES SÓCIO-COMUNITÁRIAS E AMBIENTAIS

MEIO AMBIENTE - ATUAÇÃO PERMANENTE

Consciente de que o meio ambiente é parte de seu capital e de seu compromisso com a sociedade, a EMAE desenvolve e implanta programas sócio-ambientais para os empregados e para a comunidade de seu entorno, incentivando a preservação ambiental e o exercício da cidadania.

Investindo em modernização, tecnologias limpas e projetos que buscam soluções viáveis para compatibilizar a geração de energia e o uso múltiplo das águas, a EMAE incorpora a variável ambiental no planejamento dos empreendimentos, obras e serviços, minimizando e quando possível, eliminando impactos ambientais.

As atividades e projetos sócio-ambientais desenvolvidos pela EMAE são agrupadas em três áreas de atuação: Programas Institucionais, Projetos Sócio-Ambientais e Estudos Técnicos.

PROGRAMAS INSTITUCIONAIS

São programas de educação e sensibilização ambiental, direcionados para os empregados e seus filhos, escolas e outros grupos da sociedade civil organizada. Têm caráter contínuo e visam ampliar a percepção ambiental dos diversos atores sociais, criando multiplicadores de opinião e incentivando mudanças de comportamento no trato das questões que envolvem o meio ambiente. Em 2007, os principais programas desenvolvidos foram:

Semana do Meio Ambiente (2002 a 2007)

05 de junho, Dia Mundial do Meio Ambiente, dia recomendado pela Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente ocorrida em 1972, em Estocolmo, na Suécia, é um marco que reforça a necessidade de se desenvolver atitudes pró-ativas em relação ao meio ambiente. Como parte das ações ambientais a EMAE comemora essa data com a Semana do Meio Ambiente para chamar a atenção dos colaboradores e parceiros para essas questões. Em 2007, a semana do meio ambiente contemplou as seguintes atividades: Informe Ambiental especial com o tema "Aquecimento Global"; Palestras; distribuição de material informativo; plantio de mudas no CEU Alvarenga; Operação Margem Limpa com recolhimento de lixo; exposição aos empregados do documentário "Uma Verdade Inconveniente".

Informe Ambiental

O projeto "Informe Ambiental" foi lançado em março de 2005 culminando com a 5ª Semana da Água da EMAE. Este projeto consiste de um informativo digital bimestral, encaminhado a todos os usuários da rede de e-mails da EMAE e uma versão impressa para disseminação da informação às pessoas que ainda não têm acesso a rede de e-mails, sempre com conteúdo pertinente à preservação e conservação do meio ambiente.

Coleta Seletiva

A EMAE tem a coleta seletiva de materiais recicláveis, desde 2002. O programa visa incentivar a redução de geração de resíduos e implementar o hábito da reciclagem. Em 2007, iniciamos uma nova parceria com a Cooperativa Miguel Yunes, resultou na coleta de cerca de 41,5 toneladas.

Casa das Plantas (viveiro de mudas)

Tem por objetivo reproduzir e armazenar mudas de espécies nativas, medicinais e exóticas de relevância ambiental e paisagística para educação ambiental para as escolas e grupos da comunidade, projetos institucionais e outras atividades da Empresa. Em 2007, foram mantidas 8.000 mudas e produzidas outras 4.500, entre nativas da Mata Atlântica e exóticas, doadas para escolas, sociedades amigos de bairro e, também, utilizadas para a recuperação das margens de reservatórios. No ano de 2007, a EMAE participou do Programa Mutirão Verde, lançado pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Governo do Estado de São Paulo. Participou também do Programa de Arborização Urbana da Subprefeitura de Cidade Ademar, com a doação mensal de mudas.

Descobrimo da EMAE

Consiste em visitas monitoradas à sede da Empresa por alunos de escolas públicas da região do bairro de São Pedro, zona sul da cidade de São Paulo, universidades, empresas, Organizações Não Governamentais - ONG's, órgãos de governo, Comitês de Bacias Hidrográficas, e outros, com a realização de atividades educativas relacionadas às questões ambientais locais (água, energia, lixo, viveiros de plantas e avifauna). No ano de 2007, dentre as atividades de visitação, a EMAE recebeu a AACD - Associação de Assistência à Criança Deficiente.

Parceria Projeto São Paulo Pomar

Desenvolvido em parceria com a Secretaria de Estado do Meio Ambiente, o projeto "São Paulo Pomar - Mais Verde, Mais Vida" tem como missão a recuperação ambiental e a revegetação das margens do rio Pinheiros. A EMAE patrocina a implantação e a manutenção de um trecho de aproximadamente 900 metros, compreendido entre a Usina Elevatória de Traição e a ponte Roberto Zuculo (ponte Cidade Jardim), além de ceder o terreno para a implantação da sede do projeto.

PROJETOS SÓCIOAMBIENTAIS

O meio ambiente no qual a EMAE se insere caracteriza-se por ser, principalmente, urbano, o que faz com que a questão ambiental esteja inteiramente associada às questões sociais afetas à população. Dessa forma, os programas desenvolvidos privilegiam a abordagem sócioambiental, visando contribuir com a melhoria das condições de vida das pessoas, principalmente aquelas que vivem nas áreas vizinhas a EMAE. Os projetos desenvolvidos nesse sentido foram:

Caminhos do Mar Pólo Ecoturístico

Trata-se da implementação de um Pólo Ecoturístico, com propósitos preservacionistas, educativo-culturais e de pesquisa, inserido em áreas da EMAE, que também é patrimônio ambiental, dentro do Parque Estadual da Serra do Mar. Em 17 de abril de 2004, o Pólo foi inaugurado e firmado um Termo de Parceria com a Fundação Patrimônio Histórico da Energia e Saneamento de São Paulo, com o objetivo de planejar, implementar, captar recursos e operar o empreendimento. No ano de 2007, 40 mil pessoas foram atendidas pelo projeto.

Apoio ao Programa de Recuperação Socioambiental da Serra do Mar

A EMAE está apoiando o programa disponibilizando a infra-estrutura necessária para a operação de uma base administrativa e um alojamento para 60 pessoas que compõem um batalhão da polícia florestal do estado. A principal meta do programa é a extinção dos núcleos de moradia em áreas do parque no município de Cubatão, com a remoção dos moradores para habitações legalizadas e a recuperação da área degradada.

Semana da Água (2001 a 2007)

Comemoração ao Dia Mundial da Água, em 22 de março, muito importante pela possibilidade de desenvolvimento de atividades pertinentes às questões ambientais: conservação, preservação, educação ambiental. As atividades são desenvolvidas com a comunidade, integrando-a, na medida do possível, com as necessidades da Empresa, com os assuntos ambientais, possibilitando o conhecimento de muitas questões úteis ao dia-a-dia de todos.

O público atingido tem sido, em sua maioria, o externo, contemplando algumas escolas da vizinhança, Sociedade Amigos de Bairro, Igreja e outras entidades que representam a comunidade, bem como o interno, representado pelos empregados.

Atividades lúdicas, informativas e educativas são preparadas para o Dia Mundial da Água na EMAE, atendendo parte da filosofia de trabalho da área de Gestão Ambiental.

Em 2007, foram realizadas as seguintes atividades: recolhimento de resíduos nas margens da Represa Billings, intervenção performática nas áreas internas da EMAE, expedição Caminho das Águas e Palestra sobre a EMAE e os Recursos Hídricos na Região Metropolitana.

Recuperação de Áreas Degradadas

Em função do crescimento desordenado da região metropolitana da Cidade de São Paulo, existe uma pressão urbana para ocupação das áreas da EMAE existentes nas bordas do Reservatório Billings. Com o objetivo de preservação das bordas, a EMAE criou um programa de Integração com as comunidades locais, utilizando as áreas de risco com relação a invasões e degradações. O programa visa à recuperação da área de borda do manancial, incutindo o uso do espaço pela comunidade de forma sustentável e condizente com a lei, do ponto de vista ambiental.

Para o desenvolvimento desse projeto, buscou-se compatibilizar os conceitos de preservação ambiental com as necessidades da comunidade, principalmente no que diz respeito a disponibilização de espaços para lazer. Dessa forma, procedeu-se a um adensamento vegetal da área, combinado com a instalação de pista de caminhada e equipamentos de lazer e de educação ambiental. Essa visão foi ampliada, considerando-se em uma ferramenta denominada "Programa de Recuperação de Áreas Degradadas", cujo objetivo é recuperar, gradativamente, a orla do Reservatório.

O formato desse programa se diferencia por se desenvolver através de uma gestão integrada que a EMAE faz junto à população e aos órgãos governamentais e não governamentais, de forma planejada, por meio de mutirões, o que estimula o comprometimento das partes envolvidas, garantindo maior perenidade ao projeto. Esse conceito já foi implantado com sucesso no Balneário São Francisco e na várzea do Ribeirão Alvarenga. Em 2006, a EMAE incluiu no programa, uma área no ribeirão do Apurús. Concomitantemente, vem estimulando a manutenção dos espaços às margens da represa, com mutirões de limpeza, fomento para lazer, promovendo eventos, criando parques, locais para prática de esportes, etc., além da recomposição da vegetação, para recuperar o cordão ciliar. Os resultados

alcançados do programa foram excelentes, pois as áreas estão sendo protegidas e em alguns casos a mata ciliar está em recuperação e com custos muito baixos, evitando gastos com fiscalização, fechamentos, remoção de lixo e entulhos, e principalmente reduzindo possíveis crimes ambientais.

Em 2007, foi dada a continuidade da manutenção e o projeto foi apresentado no 1º Seminário Nacional "Paisagem e Participação: Práticas no Espaço Livre Público" tendo sido selecionado para consulta de interessados pela Internet.

ECOATIVA - Gestão Ambiental Participativa

Reconhecido nacionalmente por meio do Prêmio CNI-2002, Fundação COGE 2003, Guia de Boa Cidadania Corporativa Revista EXAME - 2002, consiste na realização de um programa na península do Bororé, às margens da Billings, envolvendo a EMAE, a Secretaria do Meio Ambiente do Município de São Paulo e os moradores da área, através da AMIB - Associação dos Moradores da Ilha do Bororé, com o objetivo de desenvolver a qualidade de vida e a preservação ambiental da região. Atualmente o Convênio passa por um processo de reestruturação em face da recente criação da Área de Proteção Ambiental - APA Bororé-Colônia (Lei Municipal 14.162/06), cujo objetivo é a manutenção do caráter rural e da qualidade ambiental da região, através de projetos sustentáveis. Nesse processo a utilização dos imóveis cedidos pela EMAE para a execução do projeto servirá como base estratégica para o fomento das atividades de turismo, educação ambiental e práticas de conservação. Está em andamento a avaliação da cessão de imóveis pela EMAE, para o funcionamento da APA.

Comedouros de Pássaros

A sede da EMAE possui uma vegetação que proporciona a existência de uma significativa avifauna, além do que é uma região de passagem para a rota migratória de pássaros. Com o objetivo de incorporar essa riqueza natural junto ao processo de conscientização ambiental, a partir de 2001, a Empresa implantou os comedouros para pássaros. Em 2007, os comedouros foram revitalizados e o projeto passou a ser mantido por funcionários voluntários.

ESTUDOS TÉCNICOS

Realizados para dar suporte e viabilizar o desenvolvimento dos empreendimentos, obras e serviços da Empresa e garantir a melhoria contínua dos processos de produção, tendo como premissa fundamental a preservação e otimização dos recursos naturais.

Operação da Usina Termoelétrica

Em 2007, a EMAE efetuou gestões junto ao órgão ambiental e obteve através de diversas alternativas propostas, parecer favorável com recomendações para eventual necessidade de operação com óleo combustível. Foram desenvolvidos os seguintes estudos e propostas:

- Estudos de Dispersão de poluentes considerando a operação com óleo-combustível;
- Plano de Monitoramento das Emissões Atmosféricas considerando a operação com óleo-combustível;
- Estudo de Análise de Risco considerando a operação com óleo-combustível;
- Campanha de monitoramento de contaminação do solo da área destinada à fase complementar do ciclo combinado da Modernização e Ampliação;
- Elaboração de proposta de convênio com a Cetesb para implementação de estação de qualidade do ar na rede de monitoramento automática, decorrente da exigência da Licença de instalação de novas tecnologias de geração de energia (turbinas a gás) e melhoria de eficiência (ciclo combinado);

Gerenciamento de Resíduos (2000 a 2007)

O projeto "Gerenciamento de Resíduos" teve início no ano de 2000 e vem se desenvolvendo por meio da realização de palestras técnicas, esclarecimentos, orientações e fóruns de discussões nas áreas de operação, manutenção e administrativa. Compreende a criação e estruturação de locais para acondicionamento e posterior destinação de materiais, desenvolvimento de documentos de orientação, estabelecimento de canais de comunicação direta (telefone, e-mails e contatos pessoais) com técnicos especialistas em meio ambiente. Ainda foi implementada a sistematização para atender o princípio da prevenção, ou seja, de forma que ocorra a redução da geração na fonte, por meio de mudança de procedimentos e revisão nos processos de produção e manutenção.

As práticas de destinação não se aplicam somente a resíduos gerados em processos industriais, pois foram implantados: a coleta e destinação de lâmpadas fluorescentes, contendo vapor de mercúrio; o uso de toalhas industriais recicláveis nas atividades de manutenção da Empresa; e destinação ambiental adequada de pilhas e baterias de celulares, usadas. No ano de 2007, foram destinadas 29 toneladas de resíduos industriais, 3 mil lâmpadas contendo vapor de mercúrio e 0,1 toneladas de pilhas e baterias. Ainda, no final de 2007, iniciou-se um trabalho de recolhimento de óleo de cozinha, usado, para produção de sabão, junto aos restaurantes da Sede, por meio de uma parceria entre a EMAE e OSCIP Triângulo.

PCH Pirapora

O Relatório Ambiental Preliminar (RAP) foi aprovado, tendo sido emitida a Licença Ambiental Prévia (LP) nº 00869, de 10/08/2005. Em 2007, foi protocolado o pedido de Licença Ambiental de Instalação, na Secretaria de Estado do Meio Ambiente. O Estudo de Viabilidade para créditos de carbono foi concluído e indicou alto potencial. Está sendo iniciada a elaboração de projeto para a aquisição de créditos de CO2.

Usina de Izabel

Em decorrência dos danos ambientais causados pelo deslizamento de encosta, em julho de 2004, nas dependências da Usina Hidroelétrica Izabel, localizada no município de Pindamonhangaba, foram assinados os Termos de Compromisso de Recuperação Ambiental - TCRA nº 092/05 e TCRA nº 093/05, de 19/10/2005 e TCRA nº 094/05, de 22/11/2005, firmados junto ao DEP RN - Departamento Estadual de Proteção dos Recursos Naturais, com a devida anuência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e do Ministério Público Estadual. Em 2006 foi realizado plantio compensatório, conforme determinado no TCRA acima mencionado e iniciado o processo de contratação de empresa especializada para a recuperação do dano ambiental. Em 2007, foi concluída a manutenção da compensação ambiental e executada a reparação dos danos, de acordo com o TCRA.

ações de RESPONSABILIDADE SOCIAL

A EMAE, comprometida com as questões sociais, vem desenvolvendo e incentivando ações nesse sentido, para a melhoria da qualidade de vida das pessoas, contribuindo desta forma para a construção de uma sociedade mais justa e solidária, destacando-se os seguintes programas:

Programa de Voluntariado Empresarial

Aliada ao desejo de seus empregados, este Programa foi implementado em 2005, tendo como objetivo incentivar e apoiar esses empregados a utilizarem suas habilidades em ações que promovam a cidadania e, desta forma, ampliar a participação da EMAE nas ações ligadas à Responsabilidade Social, intensificando sua interação com a comunidade do entorno de suas instalações. O programa, que desenvolve ações integradas com ênfase educacional e de cidadania, contou, em 2007, com 21 voluntários ativos, totalizando 618 horas de trabalho voluntário doadas pela Empresa e 241 doadas pelos empregados. No período foram atendidas 1.016 pessoas em diversas ações sociais, como: esportes (futebol e fônis); xadrez; cursos de inglês, informática, matemática e alfabetização de adultos; aplicação de Massagem Shantala em bebês; serviços de manutenção elétrica, hidráulica, mecânica e predial em creches, escolas e casas de repouso para idosos; palestras sobre orçamento familiar, dependência química e higiene bucal; "Energia da Terra" - plantação e distribuição de hortaliças às entidades cadastradas; "Contadores de História" - apresentação em creches e orfanatos; "Natal Solidário" - campanha de arrecadação.

Energia é Vida

O programa identifica parcelas da população que enfrentam situações de extrema dificuldade, arrecada roupas, alimentos não perecíveis e produtos de higiene e limpeza e realiza a distribuição de todo material arrecadado.

Energia Humana em Ação

Programa realizado em parceria com a Associação de Pais e Amigos de Portadores de Deficiência - APADE, oferecendo aos beneficiados:

Atendimento Clínico e Terapêutico: profissionais especializados nas áreas de fonoaudiologia, psicologia, terapia ocupacional, fisioterapia, artes e música, atendem crianças portadoras de necessidades especiais e orientam às famílias. Em 2007, foram realizados 2.497 atendimentos.

Oficinas Profissionalizantes: Capacita adolescentes nas áreas de Informática e Culinária, em parceria com o SENAI. No ano de 2007 foram treinados e beneficiados 65 jovens e 16 integrantes da Frente de Trabalho. As oficinas de artesanato, destinadas às mães de crianças portadoras de necessidades especiais, têm o objetivo de proporcionar uma maior interação entre esse público, os trabalhadores confeccionados são comercializados em bazar na sede da Empresa e a renda revertida à Instituição.

Campanha do Agasalho

Desenvolvida em parceria com o Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo - FUSSESP, de abril a junho de 2007 foram implementadas ações de incentivo para a Campanha, visando a doação de agasalhos e roupas em geral, destinada a atender a população carente. Durante o período foram arrecadadas 405.327 peças, com um aumento de cerca de 4% em relação ao ano anterior.

Frente de Trabalho

Através de parceria com a Secretaria Estadual de Emprego e Relações com o Trabalho, a Empresa recebeu em suas instalações, em 2007, 23 bolsistas. Estes bolsistas recebem da EMAE, além dos benefícios daquela secretaria (bolsa-auxílio, cesta básica, seguro acidentes pessoais e cursos de qualificação), vales-transporte e alimentação, uniformes, equipamentos de proteção de segurança, bem como palestras com temas voltados à cidadania.

Programa Operação Solidária

Estando no seu sétimo ano, a "Operação Solidária" é uma ação coordenada pelos funcionários da Unidade de Produção Henry Borden que através de doações, ajuda pessoas e entidades da sua região de entorno. No ano de 2007 a operação ocorreu durante o ano, com a participação na páscoa com a doação de chocolates para a entidade CONVHIVER, frialdas e alimentos para a entidade Lar Fraternal. No final do ano foram doadas 17 crianças da entidade CAMEFE e arrecadados R\$ 1.121,00, que depois de convertidos em mantimentos e adicionados às outras doações perfizeram um total de 775,5 kg. Desta forma pudemos montar 51 cestas básicas, sendo 41 para colaboradores e 10 para a instituição CONVHIVER, e 12 cestas de Natal. Além disso, o Lar Fraternal recebeu 162 Kg de alimentos e 18 pacotes de frialdas geriátricas.

continua →

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO - 2007

	VIII. BALANÇO SOCIAL					
	2007			2006		
	R\$ Mil	%	%	R\$ Mil	%	%
1. Base de Cálculo						
Receita líquida (RL)	95.988			118.445		
Resultado operacional (RO)	(64.800)			(81.301)		
Folha de pagamento bruta (FPB)	90.870			85.623		
		2007	2006		2007	2006
		% sobre	% sobre		% sobre	% sobre
	R\$ Mil	FPB	RL	R\$ Mil	FPB	RL
Alimentação	4.406	4,85	4,59	3.973	4,64	3,35
Encargos sociais compulsórios	17.223	18,95	17,94	16.811	19,63	14,19
Entidade de previdência a empregados	2.694	2,96	2,81	2.505	2,93	2,11
Saúde	7.123	7,84	7,42	5.053	5,90	4,27
Capacitação e desenvolvimento profissional	209	0,23	0,22	119	0,14	0,10
Auxílio-creche	93	0,10	0,10	83	0,10	0,07
Outros benefícios	335	0,37	0,35	603	0,70	0,51
Total	32.083	35,31	33,42	29.147	34,04	24,61
		% sobre	% sobre		% sobre	% sobre
	R\$ Mil	RO	RL	R\$ Mil	RO	RL
3. Indicadores Sociais Externos						
Contribuições p/a Sociedade/Investimentos em Cidadania	1.570	(2,42)	1,64	1.678	(2,06)	1,42
Transporte gratuito (Balsas)	911	(1,41)	0,95	888	(1,09)	0,75
Tributos (excluídos encargos sociais)	16.737	(25,83)	17,44	16.128	(19,84)	13,62
Total	19.218	(29,66)	20,02	18.694	(22,99)	15,78
		% sobre	% sobre		% sobre	% sobre
	R\$ Mil	RO	RL	R\$ Mil	RO	RL
4. Indicadores Ambientais						
Investimentos relacionados com a operação da empresa	219	(0,34)	0,23	389	(0,48)	0,33
		2007	2006		2007	2006
5. Indicadores do Corpo Funcional						
Nº de empregados(as) ao final do período	806			828		
Nº de estagiários(as)	29			27		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	362			328		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	79			80		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	186			190		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	38,10%			35,00%		
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	15			13		
		2007	2006		2007	2006
6. Informações Relevantes Quanto ao Exercício da Cidadania Empresarial						
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	Direção e Gerências			Todos os empregados		
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	Todos(as) + Cipa			Todos(as) + Cipa		
A previdência privada contempla:	Todos os empregados			Todos os empregados		
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	São sugeridos			Serão sugeridos		
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	Apóia			Organizará e incentivará		

IX. DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO

As receitas operacionais atingiram em 2007 um total de R\$ 111 milhões, (redução de 17,6% em relação a 2006). O crescimento observado em 2007 no faturamento pelo fornecimento e suprimento de energia elétrica - leilão, de 13,1% decorre da maior quantidade e melhor preço na energia comercializada, comparativamente ao registrado em 2006. A diminuição da receita obtida com a energia de curto prazo, contabilizada e liquidada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, foi decorrente do não despacho, pelo ONS da energia de origem térmica, representada pela Usina Termoeletrica Piratininga, como ocorreu em 2006 para atendimento às necessidades elétricas do Sistema Interligado Nacional - SIN.

Com o aumento da energia assegurada da Usina Hidrelétrica Henry Borden em 19,7 MW médios, por meio da Portaria nº 21, de 30/07/2007, do Ministério das Minas e Energia, e comercialização de sobras, a EMAE participou de leilões e chamadas públicas de compra de energia, obtendo em 2007, receita de suprimento para agentes comercializadores de R\$ 14 milhões.

O Custo do Serviço de Energia Elétrica apresentado na Demonstração de Resultado, segmentado nos itens Custo com energia elétrica, Custo de operação e Despesas operacionais, teve redução de 22,1%, decorrente principalmente dos itens: insumo combustível para produção de energia elétrica, pois não houve geração da Usina Termoeletrica Piratininga; entidade de previdência a empregados, em função de ajustes para atendimento da Deliberação CVM 371/2000, e provisão para realização de créditos (energia livre), em contraposição ao aumento em itens como: energia de curto prazo, encargos de uso da rede elétrica, pessoal e provisões operacionais. Com relação aos demais itens, houve pequenas oscilações ou mantiveram-se em linha com 2006.

Ações empresariais com efeito positivo no resultado:

- Prestação de serviços de O&M (Operação e Manutenção) na Usina Termoeletrica Nova Piratininga, através de contrato firmado com a Petrobras, determinando uma geração de receita da ordem de R\$ 6,8 milhões.
- Prestação de serviços de manutenção na Barragem Móvel Penha, através de contrato com o Departamento de Águas e Energia - DAEE, proporcionando uma receita de aproximadamente R\$ 1,5 milhões.

Como consequência dos aspectos operacionais comentados, a EMAE encerrou 2007 com resultado do serviço (negativo) de R\$ 66 milhões (R\$ 90 milhões em 2006).

As receitas financeiras atingiram R\$ 11 milhões, principalmente pela atualização do saldo de energia livre repassado pelas distribuidoras e apropriação de juros sobre o contrato com o DAEE. As despesas financeiras atingiram R\$ 6,6 milhões, decorrentes de encargos sobre dívidas com o BNDES e FIDC. As variações monetárias líquidas foram oriundas da atualização de recebíveis em contraposição à atualização de empréstimos e financiamentos e FIDC.

Decorrente de suas operações e dos principais eventos comentados, após a apropriação do Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos, a EMAE encerrou o exercício com Prejuízo de R\$ 81 milhões.

AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381 de 14 de janeiro de 2003 e demais Normas e Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, a EMAE esclarece que a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, no exercício 2007, prestou a esta Empresa exclusivamente serviços de auditoria independente.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006
(Valores em milhares de reais)

	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
	2007			2006		
	R\$ Mil	%	%	R\$ Mil	%	%
ATIVO						
CIRCULANTE						
Disponibilidades	3.288			3.638		
Aplicações financeiras	4	4,175		5.342		
Revededores	5	9.390		7.833		
Consumidores	5	436		579		
Valores a receber - Energia livre	6	2.032		12.508		
Energia de curto prazo - CCEE	7	2.901		5.724		
Alienação de bens e direitos	9	2.559		-		
Renda da prestação de serviços	-		520			
Tributos e contribuições sociais compensáveis	10	1.832		4.700		
Estoques	10	5.542		6.257		
Outros créditos	11	9.557		3.767		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	11	(1.316)		(1.127)		
Despesas antecipadas	31		16			
	40.427		49.757			
NÃO CIRCULANTE						
Realizável a longo prazo						
Valores a receber - Energia livre	6	1.088		-		
Valores a receber	8	69.813		70.305		
Alienação de bens e direitos	9	1.333		-		
Tributos e contribuições sociais compensáveis	10	1.806		2.602		
Créditos fiscais diferidos	12	10.233		32.511		
Cauções e depósitos vinculados	13	5.515		2.899		
	89.788		108.317			
Investimentos	14	1.695		1.695		
Imobilizado	14	761.066		790.688		
Intangível	21.097		21.225			
	783.858		813.608			
TOTAL DO ATIVO	914.073		971.682			
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras						
CIRCULANTE						
Fornecedores				2.759		1.568
Folha de pagamento				3.707		2.287
Obrigações estimadas - folha de pagamento	15			8.432		7.226
Tributos e contribuições sociais	16			4.924		5.004
Empréstimos e financiamentos	17			24.782		31.853
Fundo de investimento em direitos creditórios - FIDC	18			14.617		-
Entidade de previdência a empregados	19			18.036		17.754
Taxas regulamentares/passivo regulatório	20			5.828		9.570
Encargos de uso da rede elétrica	21			2.054		1.094
Pré-venda de energia elétrica	22			4.426		-
Provisão para contingências	23			1.388		1.299
Outros	161			250		
				91.114		77.905
NÃO CIRCULANTE						
Exigível a longo prazo						
Tributos e contribuições sociais	16			3.118		4.291
Empréstimos e financiamentos	17			-		1.954
Fundo de investimento em direitos creditórios - FIDC	18			49.020		-
Entidade de previdência a empregados	19			56.982		103.429
Encargos de uso da rede elétrica	21			2.242		-
Pré-venda de energia elétrica	22			5.574		-
Provisão para contingências	23			17.280		14.115
				134.216		123.789
Outras obrigações	24			16.202		16.202
				150.418		139.991
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Capital social	26			285.411		285.411
Reservas de capital	26			387.130		632.054
Prejuízos acumulados	-			-		(163.679)
				672.541		753.786
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	914.073		971.682			
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras						

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006
(Valores em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE CAPITAL (Nota 26.3)	PREJUÍZOS ACUMULADOS (Nota 26.4)	TOTAL
Saldos em 31 de Dezembro de 2005	285.411	632.054	(84.784)	832.681
Prejuízo do exercício	-	-	(78.895)	(78.895)
Saldos em 31 de Dezembro de 2006	285.411	632.054	(163.679)	753.786
Prejuízo do exercício	-	-	(81.245)	(81.245)
Absorção do saldo de prejuízos acumulados	-	(244.924)	244.924	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2007	285.411	387.130	-	672.541
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras				

continua ->

continuação



EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A.
CNPJ 02.302.101/0001-42 - Empresa Aberta
http://www.emae.sp.gov.br

SECRETARIA DE
SANEAMENTO E ENERGIA



GOVERNO DO ESTADO DE
SÃO PAULO
TRABALHANDO POR VOCÊ

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006 (Valores em milhares de reais)				DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006 (Valores em milhares de reais)			
	Notas Explicativas	2007	2006		2007	2006	
RECEITA OPERACIONAL				ORIGENS DE RECURSOS			
Fornecimento de energia	27	4.850	3.531	De terceiros:			
Suprimento de energia - leilão	27	72.202	64.623	Aumento do exigível a longo prazo	78.314	-	
Suprimento de energia - comercializadores	27	14.198	-	Redução do realizável a longo prazo	9.070	13.591	
Energia de curto prazo - CCEE	27	10.665	53.648	Transferência do realizável a longo prazo para o circulante	5.243	26.455	
Renda da prestação de serviços	28	8.502	12.223	Transferência do circulante para o exigível a longo prazo	-	1.540	
Outras receitas		808	961	Total das origens	92.627	41.586	
		111.225	134.986	APLICAÇÕES DE RECURSOS			
DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL				Recursos aplicados nas operações			
Quota para reserva global de reversão - RGR	(2.702)	(4.095)		Em imobilizado	7.902	8.383	
COFINS sobre receitas operacionais	(8.453)	(9.960)		Transferências do exigível a longo prazo para o circulante	34.483	20.653	
PIS sobre receitas operacionais	(1.835)	(2.162)		Aumento do realizável a longo prazo	10.305	13.357	
ICMS sobre fornecimento de energia	(873)	(636)		Redução do exigível a longo prazo	15.016	15.305	
Imposto sobre serviços - ISS	(425)	(610)		Total das aplicações	115.166	104.370	
Pesquisa e desenvolvimento	(949)	(1.656)		Aumento da insuficiência do capital circulante líquido	(22.539)	(62.784)	
COFINS/PIS - Lei nº 11.196/05	-	5.953		Ativo circulante			
Passivo regulatório - COFINS/PIS	-	(3.375)		• No início do exercício	49.757	89.300	
		(15.237)	(16.541)	• No final do exercício	40.427	49.757	
		95.988	118.445	• Redução do ativo circulante	(9.330)	(39.543)	
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA				Passivo circulante			
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA				• No início do exercício			
Custo com energia elétrica				• No final do exercício			
Energia de curto prazo - CCEE	27	(4.670)	(956)	• Aumento do passivo circulante	13.209	23.241	
Encargos de uso da rede elétrica	27	(13.845)	(10.921)	Aumento da insuficiência do capital circulante líquido	(22.539)	(62.784)	
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos		(4.177)	(4.619)	DEMONSTRAÇÕES DOS RECURSOS APLICADOS			
		(22.692)	(16.496)	NAS OPERAÇÕES			
Custo de operação				Prejuízo do exercício			
Pessoal	(66.809)	(62.805)		Itens que não afetam o capital circulante líquido:	81.245	78.895	
Entidade de previdência a empregados	19	27.321	(729)	Depreciação	(37.652)	(38.008)	
Materiais	(4.174)	(3.857)		Variações monetárias de itens de longo prazo	(12.547)	(5.509)	
Materiais-primas e insumos para produção de energia elétrica	(3)	(25.768)		Entidade de previdência a empregados	46.739	12.846	
Serviços de terceiros	(13.124)	(12.208)		Baixa de imobilizado	-	(105)	
Depreciação	(36.150)	(35.930)		Baixa de investimento	-	(353)	
Provisões operacionais	(5.602)	(749)		Imposto de renda e contribuição social diferidos	(22.278)	2.747	
Outras	(3.711)	(4.899)		Provisão para realização de créditos	(628)	(935)	
		(102.252)	(146.945)	(-) Reversão de provisão para realização de créditos	1.088	-	
		(28.956)	(44.996)	Provisão para contingências	(6.653)	(3.240)	
PREJUÍZO OPERACIONAL BRUTO				(-) Reversão de provisões para contingências			
Despesas Operacionais				Encargos de uso da rede elétrica			
Despesas gerais e administrativas	29	(31.623)	(30.423)	Impostos, taxas e contribuições	-	(458)	
Outras despesas operacionais	29	(5.792)	(14.519)	Execuções de caucões e depósitos vinculados a litígios	(2)	(1.375)	
		(37.415)	(44.942)	Outras	(79)	-	
RESULTADO DO SERVIÇO				Total aplicado nas operações			
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS				47.460			
Receitas	30	11.441	16.905	46.672			
Despesas	30	(6.575)	(6.376)				
Variações monetárias líquidas	30	(3.295)	(1.892)				
		1.571	8.637				
PREJUÍZO OPERACIONAL							
		(64.800)	(81.301)				
RESULTADO NÃO OPERACIONAL							
	9	5.833	(341)				
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL							
		(58.967)	(81.642)				
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL							
Imposto de renda diferido	12	(16.381)	2.020				
Contribuição social diferida	12	(5.897)	727				
		(22.278)	2.747				
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO							
		(81.245)	(78.895)				
Prejuízo por ação no final do exercício - R\$		(2,20)	(2,14)				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006
(Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

(Dados relacionados à potência e energia não auditados pelos auditores independentes)

A Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. - "EMAE", é uma sociedade anônima de economia mista, de capital aberto, controlada pelo Governo do Estado de São Paulo, com sede na cidade de São Paulo e suas ações são negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo. A partir de 9 de setembro de 2005, a CESP passou a deter 46,17% das ações ordinárias (equivalentes a 18,52% do capital social total) da EMAE. O Governo do Estado de São Paulo, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, detém 51,44% das ações ordinárias.

A EMAE tem como atividades principais o planejamento, a construção, a operação e manutenção de sistemas de produção, armazenamento, conservação e comercialização de energia, bem como de barragens e outros empreendimentos, destinados ao aproveitamento múltiplo das águas. Adicionalmente, a EMAE poderá participar de outras sociedades, com vistas a propiciar o desenvolvimento de suas atividades, mediante autorização legislativa.

A EMAE possui a concessão de 5 usinas hidrelétricas e 1 termelétrica que formam um parque gerador com 1.421,44 MW de potência instalada (Nota 14.1). Como concessionária de serviço público de geração de energia elétrica, a EMAE tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, e opera as usinas Hidrelétricas Henry Borden, Porto Góes e a usina Termelétrica Piratininga de forma integrada com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS.

A energia elétrica comercializada pela EMAE destina-se a: suprimento a concessionárias distribuidoras de energia elétrica, que a utilizam para atender a seus mercados consumidores; suprimento para agentes comercializadores; fornecimento a consumidores livres; e operações de curto prazo decorrentes da contabilização mensal efetuada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - "CCEE", onde também se liquidam as diferenças entre os valores contratados e os efetivamente verificados (Nota 27). Da receita operacional da EMAE em 2007, 78% (48% em 2006) foram provenientes de suprimento de energia elétrica às distribuidoras (clientes contratados em leilões de energia no ambiente regulado) e agentes comercializadores, 4% (3% em 2006) no segmento fornecimento de energia (consumidor livre) e 10% (40% em 2006) em energia de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, que reflete o despacho efetuado pelo ONS da Termelétrica em 2006, sendo os restantes 8% e 10% em 2007 e 2006, respectivamente, provenientes de renda da prestação de serviços e outras receitas.

1.1 Leilões de Energia

Foram realizados dezenove leilões para o suprimento de energia elétrica às concessionárias de distribuição atuantes no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, sendo seis leilões de Compra de Energia proveniente de Empreendimentos de Geração Existentes, seis leilões de ajustes para complementar a carga de energia necessária ao atendimento pela distribuidora do mercado consumidor (até o limite de 1% dessa carga), cinco leilões de Compra de Energia proveniente de Novos Empreendimentos, um leilão de fontes alternativas e o leilão da UHE Santo Antonio.

A EMAE vendeu 129 MW médios nos Leilões de Energia Existente e 10 MW médios em Leilão de Energia Nova, relacionados à disponibilidade de produção de energia de origem hidráulica, distribuídos em agrupamentos de contratos, conforme segue:

Leilão de Empreendimentos Existentes	Período de Suprimento	Energia		Preço Médio	Base dos Preços
		Vendida pela EMAE (MW)	Preço R\$/MWh		
1º Leilão - Prod. 2005	2005 a 2012	85,0	60,84	57,51	Jan/05
1º Leilão - Prod. 2006	2006 a 2013	33,0	69,21	67,33	Jan/05
1º Leilão - Prod. 2007	2007 a 2014	5,0	75,75	75,46	Jan/05
3º Leilão - Prod. 2006	2006 a 2008	3,0	63,24	62,95	Out/05
4º Leilão - Prod. 2009	2009 a 2016	3,0	96,00	94,91	Out/05
			129,0		

Leilão de Novos Empreendimentos	Período de Suprimento	Energia		Preço Médio	Base dos Preços
		Vendida pela EMAE (MW)	Preço R\$/MWh		
1º Leilão - Prod. 2008-H30	2008 a 2037	1,0	116,00	106,95	Dez/05
1º Leilão - Prod. 2009-H30	2009 a 2038	1,0	116,00	114,28	Dez/05
1º Leilão - Prod. 2010-H30	2010 a 2039	8,0	115,99	115,04	Dez/05
			10,0		

A energia de origem térmica, da UTE Piratininga, não foi comercializada nos leilões e ofertas públicas de compra e venda de energia elétrica, realizados durante o ano de 2007, em virtude dos preços incompatíveis com seus custos de produção, principalmente, pelo andamento das negociações e providências para efetivar a operação de arrendamento dos ativos da UTE Piratininga para a Petrosbras, objeto dos fatos relevantes de 23/03/2007 e 23/01/2008.

O Ministério de Minas e Energia, por meio da Portaria nº 21 de 30/07/2007, aumentou a energia assegurada da Usina Hidrelétrica Henry Borden para 127,7 MW médios, aumentando em 18,24% a energia assegurada da Usina, que corresponde a um acréscimo de 19,7 MW médios disponíveis para comercialização.

Com o aumento da energia assegurada da Usina Hidrelétrica Henry Borden e sobras disponíveis para a comercialização, a EMAE participou de leilões e chamadas públicas de compra de energia, obtendo os seguintes resultados:

Data	Leilão/Chamada Pública	Qtde. (MW médio)	Período	Preço R\$/MWh	Faturamento R\$ mil
13-out-06	Diferencial Comercializadora de Energia Ltda.	8	1/jan - 31/dez/07	110,00	7.368
15-fev-07	COPEN Paulista de Energia Ltda.	70	1/fev - 28/fev/07	27,62	1.301
30-mar-07	Comercializ. Energia Elétrica Ltda. - COMERC	50	1/mar - 31/mar/07	25,15	936
3-set-07	CPFL Comercializadora Brasil S.A.	20	1/ago - 30/ago/07	47,37	705
9-out-07	Comercializ. Energia Elétrica Ltda. - COMERC	20	1/set - 30/set/07	160,53	2.312
12-nov-07	Comercializ. Energia Elétrica Ltda. - COMERC	10	1/out - 31/out/07	212,13	1.576
	Suprimento de energia - comercializadores (Notas 27.2 e 27.3)	178			14.198

A disponibilidade de energia assegurada referente aos meses de novembro e dezembro foram contabilizadas e liquidadas na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE como energia de curto prazo.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com as disposições da Lei das Sociedades por Ações e disposições complementares da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, conjugadas com a legislação específica aplicável às concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica, emanada da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Em conformidade com as instruções contidas no Ofício Circular nº 2.409/2007-SFF/ANEEL de 14 de novembro de 2007, Normas e Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, estão sendo apresentadas algumas informações requeridas ou adicionais em notas explicativas e quadros suplementares.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

b. Revendedores/Consumidores

As contas a receber incluem os valores de suprimento e fornecimento de energia elétrica faturados, contabilizados de acordo com o regime de competência, além dos acréscimos moratórios, quando aplicáveis.

c. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis riscos na realização de créditos a receber.

d. Estoque

Os materiais em estoque nos almoxarifados, classificados no ativo circulante (quando para manutenção), estão registrados ao custo médio de aquisição e no ativo imobilizado em curso (quando destinados a obras), ao custo de aquisição.

e. Investimentos

As participações societárias minoritárias em empresas e outros investimentos estão registrados ao custo de aquisição, deduzido de provisão para perdas, quando aplicável.

f. Imobilizado e Intangível

Registrado ao custo de aquisição ou construção, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas anuais fixadas pelo Poder Concedente, determinadas pela Resolução Normativa nº 002, de 24 de dezembro de 1997, atualizada pela Resolução ANEEL nº 044, de 17 de março de 1999.

A partir do exercício de 2007 a despesa de depreciação passou a ser calculada de acordo com as taxas estabelecidas na Resolução Normativa ANEEL nº 240, de 5 de dezembro de 2006.

Em função do disposto nos itens 4 e 11 da Instrução Contábil nº 6.3.10 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, os juros e demais encargos financeiros e efeitos inflacionários, relativamente aos financiamentos obtidos, efetivamente aplicados no imobilizado em curso, estão registrados neste subgrupo como custo. Mesmo procedimento foi adotado até 31 de dezembro de 1998 para os juros computados sobre o capital próprio que financiou as obras em andamento, conforme previsto na legislação específica do Serviço Público de Energia Elétrica.

g. Empréstimos e financiamentos e outras obrigações

Os contratos de empréstimos e financiamentos e outras obrigações são atualizados pelas variações monetárias, incorridas até a data do balanço, incluindo juros e demais encargos previstos contratualmente.

h. Obrigações estimadas e folha de pagamento

Inclui as provisões sobre folha de pagamento de férias, gratificações e encargos sociais de férias, além de retenções de encargos sociais e imposto de renda na fonte dos empregados.

i. Outros direitos e obrigações

Os demais ativos e passivos circulantes e não circulantes estão atualizados até a data do balanço, quando legal ou contratualmente exigido.

j. Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro

O imposto de renda e a contribuição social são registrados pela Empresa, observando-se as disposições aplicáveis quanto à inclusão de despesas não dedutíveis, receitas não tributáveis, consideração de diferenças intertemporais.

k. Provisões para contingências

Estão registradas até a data do balanço pelo montante provável de perda, observada a natureza de cada contingência.

l. Planos de benefícios pós-aposentadoria

A Empresa patrocina planos de aposentadoria e assistência médica aos seus empregados, administrados pela Fundação CESP. Os passivos atuariais foram calculados adotando o método de crédito unitário projetado, conforme previsto na Deliberação CVM nº 371/2000. A partir de 2006, os ganhos e perdas atuariais futuros são registrados diretamente no resultado do exercício.

m. Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

n. Estimativas

A preparação de Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas da Empresa, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas Demonstrações Financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

o. Prejuízo por ação

Determinado com base na quantidade de ações do capital social integralizado em circulação na data do balanço.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Tipo de Aplicação	2007	2006
Banco Nossa Caixa S.A.	FIF	4.175	5.342
Saldo de aplicações concentradas no FIF - Estatal do Banco Nossa Caixa S.A., lastreadas pelo CDI, sem vencimento, conforme Decreto Estadual nº 43.060, de 27 de abril de 1998 e Resolução SF-39, de 28 de dezembro de 2000 da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo.			

5. REVENDEDORES E CONSUMIDORES

	2007	2006
a) Suprimento de Energia		
Leilão de energia e agentes comercializadores	9.390	7.833
b) Fornecimento		
PARAMOUNT	436	579

Composição por vencimento:

	2007		2006	
	Vencidos	90 dias	Total	Total
Revendedores	9.390	-	9.390	7.833
Consumidores	436	-	436	579
	9.826	-	9.826	8.412

6. VALORES A RECEBER - ENERGIA LIVRE

O Acordo Geral do Setor Elétrico Brasileiro foi instituído por ocasião do período de racionamento (2001/2002), implantado face às condições hidrológicas desfavoráveis e ao baixo nível de armazenamento dos reservatórios de várias regiões do país, inclusive a região Sudeste, onde se encontra a EMAE, no qual o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS restringiu a geração de origem hidráulica e acionou os Geradores Livres (produtores que dispunham de energia não contratada).

A remuneração desses Geradores Livres foi baseada nos preços praticados pelo MAE e este custo foi dividido entre os geradores do sistema, proporcionalmente à energia assegurada de cada um, sendo que a EMAE respondia, à época por cerca de 1,3% (informação não auditada pelos auditores independentes) da energia assegurada do país.

O saldo a receber referente a estes créditos (ativo) está sendo recuperado pela "Recomposição Tarifária Extraordinária - RTE" das distribuidoras (contados desde dezembro de 2001). Com estes recursos, a EMAE amortiza parcelas dos contratos firmados com o BNDES (Nota 17).

A Empresa atualiza o saldo conforme orientação do Ofício Circular ANEEL nº 2.212, de 20 de dezembro de 2005, complementado pelo Ofício Circular ANEEL nº 74, de 23 de janeiro de 2006, os quais definiram que sobre o montante financiado pelo BNDES, que corresponde a 87,06% dos valores homologados pela ANEEL, deve incidir a Selic pela taxa simples capitalizada mensalmente, mais 1% a.a., e sobre os



EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A.
CNPJ 02.302.101/0001-42 - Empresa Aberta
http://www.emae.sp.gov.br

SECRETARIA DE
SANEAMENTO E ENERGIA



GOVERNO DO ESTADO DE
SÃO PAULO
TRABALHANDO POR VOCÊ

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006
(Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Composição dos saldos atualizados até 31/12/2007:

Nota Explicativa	Ativo Circulante			Não Circulante			Total
	Valores a Receber Energia Livre	Provisão para Realização de Créditos	Subtotal	Valores a Receber Energia Livre	Provisão para Realização de Créditos	Subtotal	
Saldo em 31/12/2006	32.400	(19.892)	12.508	5.909	(5.909)	—	12.508
Recebimentos	(8.814)	—	(8.814)	—	—	—	(8.814)
Atualização	30	4.610	4.610	—	—	—	4.610
Provisão	29	—	—	—	(4.610)	(4.610)	—
Reversão da provisão (1)	29	—	29.095	—	1.316	1.316	30.411
Baixa (1)	29	(29.669)	(29.669)	(1.316)	—	(1.316)	(30.985)
Transf. LP p/CP	3.505	(9.203)	(5.698)	(3.505)	9.203	5.698	—
Saldo em 31/12/2007	2.032	—	2.032	1.088	—	1.088	3.120

(1) Conforme determinação do Ofício Circular nº 2.409/2007-SFF/ANEEL, de 14 de novembro de 2007, a EMAE promoveu a baixa do saldo a receber de energia livre não faturado pelas distribuidoras no prazo estabelecido pela ANEEL, bem como a reversão do saldo de provisão para realização de créditos.

7. ENERGIA DE CURTO PRAZO - CCEE

Representam as variações apuradas mensalmente, resultantes do balanço processado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, entre compromissos assumidos pela EMAE com seu mercado e demais agentes versus o efetivo comportamento de cada integrante do sistema.

No exercício de 2007 foram apropriados (registrados) volumes de energia de curto prazo vendidos e adquiridos no âmbito do mercado através da CCEE, necessários para atender às quantidades vendidas (compromissadas) às empresas clientes da EMAE e também às necessidades operacionais do Sistema Interligado Nacional - SIN (Notas 27.3 e 27.4).

8. VALORES A RECEBER

Saldo a receber do Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE, conforme Instrumento de Reconhecimento e Consolidação de Dívida celebrado em 09 de novembro de 2004, para recebimento em 120 parcelas mensais, atualizadas pelo IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo e juros de 6% ao ano.

2007 2006

Contrato 69.813 70.305

Em 21 de julho de 2006, com a anuência do DAEE, foi assinado o instrumento de cessão de parte desse contrato a favor da CESP - Companhia Energética de São Paulo, no montante de R\$ 20.000, transferindo o direito de recebimento de aproximadamente 24 parcelas. Em 2007 foram firmados termos aditivos a esse instrumento, alterando o prazo de recebimento para 40 parcelas mensais e o valor da cessão de créditos para R\$ 33.000.

O valor a receber registrado nesta conta, representa o saldo líquido a favor da EMAE, já excluídos os créditos cedidos.

9. ALIENAÇÃO DE BENS E DIREITOS

A EMAE efetuou a alienação do imóvel de 10.433,95 m² localizado na Av. Prof. Alceu Maynard Araújo s/nº, Bairro de Santo Amaro - São Paulo, pelo valor de R\$ 6.627 para a Associação Brasileira de Educação e Assistência - ABEA, conforme instrumento particular de venda e compra celebrado em 27 de abril de 2007, para recebimento em 24 parcelas corrigidas pela variação do IPC - FIPSE acrescido de juros de 12% ao ano.

O valor residual contábil do imóvel era de R\$ 2 e a EMAE apurou ganho na alienação de R\$ 6.625 registrado no resultado não operacional.

	2007		2006
	Circulante	Não Circulante	
Contrato	2.559	1.333	3.892

10. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS COMPENSAVEIS

	2007		2006
	Circulante	Não Circulante	
Imposto de renda sobre aplicações financeiras (a)	123	895	
Imposto de renda a compensar (b)	—	1.519	
Contribuição social a compensar (b)	—	408	
COFINS/PIS/CSLL/IR - Lei nº 10.833/03 (c)	1.105	1.329	
Créditos de ICMS (d)	10	60	
Outros	594	489	
	1.832	4.700	
Não circulante			
Créditos de ICMS (d)	1.806	2.602	
	3.638	7.302	

(a) Créditos de imposto de renda decorrentes de retenção na fonte sobre rendimentos de aplicações financeiras.
(b) Referência ao saldo de créditos de imposto de renda e contribuição social, os quais foram compensados com recolhimentos de tributos e contribuições sociais com a Secretaria da Receita Federal.

(c) Saldo de créditos de COFINS, PIS, CSLL e IR, provenientes de retenções por parte de tomadores de serviços, nos casos de fornecimento de energia elétrica e serviços prestados, conforme dispõe a Lei nº 10.833/03. Esses créditos serão compensados com tributos da mesma natureza vincendos no próximo exercício.

(d) Saldo de créditos de ICMS referente a aquisições de óleo combustível.

11. OUTROS CRÉDITOS

	2007		2006
	Circulante	Não Circulante	
Serviços em curso (1)	5.577	—	
Outros créditos (2)	3.980	3.767	
	9.557	3.767	

1 - Refere-se ao saldo dos gastos efetuados pela EMAE decorrentes da aplicação em projetos de pesquisa e desenvolvimento, em cumprimento à Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000.

2 - Saldo a receber decorrente de aluguéis, adiantamentos a empregados e outros devedores. Para fazer face a eventuais perdas na realização desses créditos, a EMAE constituiu provisão de R\$ 1.316 e R\$ 1.127 em 2007 e 2006, respectivamente.

12. CRÉDITOS FISCAIS DIFERIDOS

12.1 Conciliação de Imposto de Renda e Contribuição Social no Resultado

	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	2007	2006	2007	2006
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(58.967)	(81.642)	(58.967)	(81.642)
Alíquota nominal	25%	25%	9%	9%
Imposto de renda e contribuição social nominais	14.742	20.411	5.307	7.348
Adições temporárias	(3.542)	(7.405)	(1.275)	(2.665)
Adições permanentes	(1.541)	(2.301)	(1.268)	(4.346)
Exclusões	13.732	5.184	4.943	1.866
Créditos tributários do exercício 2007/2006 (Nota 12.2)	23.391	15.889	7.707	2.203
Provisão prejuízo fiscal e base negativa 2007/2006	(23.391)	(15.889)	(7.707)	(2.203)
	—	—	—	—
Realização de crédito tributário/fiscal diferido - Fundação CESP	(4.038)	(3.998)	(1.454)	(1.440)
Reversão/Constituição de créditos - diferenças intertemporais	(12.343)	6.018	(4.443)	2.167
Total de créditos tributários realizados	(16.381)	2.020	(5.897)	727
Efeito do Imposto de Renda e Contribuição Social no Resultado	(16.381)	2.020	(5.897)	727

12.2 Créditos Tributários

	2007		2006
	Imposto de Renda	Contribuição Social	
Provisões temporariamente indedutíveis - Fundação CESP (a)	7.525	11.563	
Provisões temporariamente indedutíveis até 2006 (b)	12.343	12.343	
Prejuízos fiscais 2003, 2005, 2006 e 2007 (c)	54.153	30.762	
Provisões temporariamente indedutíveis 2007 (d)	4.133	—	
Contribuição Social			
Provisões temporariamente indedutíveis - Fundação CESP (a)	2.708	4.162	
Provisões temporariamente indedutíveis até 2006 (b)	4.443	4.443	
Prejuízos fiscais 2003, 2005, 2006 e 2007 (c)	16.660	8.953	
Provisões temporariamente indedutíveis 2007 (d)	1.488	—	
	103.453	72.226	
Provisão para créditos tributários (e)	(83.220)	(39.715)	
	20.233	32.511	

(a) No exercício de 2001, foram contabilizados R\$ 40.158 em contrapartida de lucros acumulados, relativos a créditos fiscais temporariamente indedutíveis a título de imposto de renda e contribuição social, conforme Deliberação CVM 273/98. A quase totalidade dos créditos está constituída à alíquota de 34% sobre o valor do Ativo Diferido (baixado em 2001 contra lucros acumulados) referente a Déficit Previdenciário com a Fundação CESP (reconhecido em 1997 no passivo), em cumprimento à determinação prevista na Deliberação CVM nº 371/2000. A realização desses créditos fiscais ocorre com base nas amortizações mensais do contrato entre a EMAE e a Fundação CESP (Nota 19).

Foi realizado no ano o montante de R\$ 5.492, sendo R\$ 1.454 de Contribuição Social e R\$ 4.038 de Imposto de Renda, do saldo desses créditos fiscais.

A Administração, com base na expectativa de amortizações do contrato com a Fundação CESP, estima que esses créditos serão realizados conforme cronograma a seguir:

Exercício	2008	2009	2010	Total
Parcela Estimada de Realização	3.878	3.920	2.435	10.233

(b) Referem-se ao registro, até o exercício de 2006, de créditos compensáveis com lucros tributáveis futuros, calculados sobre provisões temporariamente não dedutíveis, controlados na Parte "B" do LALUR - Livro de Apuração do Lucro Real, e sobre a base negativa da contribuição social.

(c) Saldos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, referentes aos exercícios de 2003, 2005 e 2006 e exercício findo em 31/12/2007.

(d) Referem-se ao registro de créditos compensáveis com lucros tributáveis futuros, calculados sobre provisões temporariamente não dedutíveis no exercício findo em 31/12/2007.

(e) Refere-se à provisão para créditos tributários sobre prejuízos fiscais (item c) e diferenças temporariamente indedutíveis (itens b e d).

13. CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

	2007		2006
	Não Circulante	Circulante	
Depósitos judiciais (a)	1.622	2.899	
Cauções em quotas subordinadas - FIDC (b)	3.893	—	
	5.515	2.899	

a) Refere-se a diversos depósitos iniciais ou recursais envolvendo processos cíveis e trabalhistas. Os depósitos relacionados com provisões para contingências trabalhistas estão apresentados deduzindo do respectivo passivo, em atendimento à Deliberação CVM 489/05 (Nota 23).

b) Refere-se a crédito caucionado equivalente a 3 quotas, pertencentes à EMAE, vinculadas ao Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC, que poderão ser resgatadas no vencimento da última parcela, concomitantemente à liquidação do Fundo (Nota 18). Os saldos das quotas são ajustados mensalmente pelo valor da cotação de mercado.

14. IMOBILIZADO

É composto como segue:

	2007		2006
	Taxas Anuais de Depreciação (%)	Médias de Depreciação	
Em Serviço			
Geração	2,5	1.390.900	(689.612)
Transmissão de conexão	2,9	45.853	(29.193)
Administração	5,2	48.032	(38.598)
		1.484.785	(757.403)
Em Curso			
Geração		13.174	—
Administração		20.510	—
		33.684	—
		1.518.469	(757.403)
			701.288
			16.660
			9.434
			727.382
			756.081

Conforme Resolução Normativa nº 240, de 05 de dezembro de 2006, da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, as taxas anuais de depreciação adotadas no serviço público de energia elétrica passaram a ser, basicamente, de 2,0% a 7,1% para os bens vinculados à geração e 2,0% a 5,9% para os bens de transmissão, 10,0% para móveis e utensílios e 20,0% para veículos. Adicionalmente apresenta-se o imobilizado em serviço por conta:

	2007		2006
	Custo Original	Depreciação Acumulada	
Em Serviço			
Terrenos	6.922	—	6.922
Reservatórios, barragens e adutoras	698.336	(326.777)	371.559
Edificações, obras civis e benfeitorias	108.881	(67.818)	41.063
Máquinas e equipamentos	663.980	(357.570)	306.410
Veículos	4.631	(3.533)	1.098
Móveis e utensílios	2.035	(1.705)	330
	1.484.785	(757.403)	727.382
			756.081

14.1 Concessões de Energia Elétrica

As concessões de Geração de Energia Elétrica da EMAE remontam à primeira metade do século passado, tendo sido originariamente concedidas a então São Paulo Tramway Light and Power, posteriormente transformada na Light Serviços de Eletricidade S.A. Em 1981, quando da constituição da antiga Eletropaulo - Eletricidade de São Paulo S.A., os bens pertencentes ao subsistema São Paulo da Light passaram por processo de renovação de concessão, concluído em 1982. Tais direitos foram transferidos à EMAE por ocasião da cisão da Eletropaulo, em 1º de janeiro de 1998, tendo sido formalizados em 2004 mediante Contrato de Concessão assinado em 11 de novembro de 2004, abrangendo as seguintes concessões de geração de energia elétrica:

Usinas	Rios	2007		Data da Concessão	Data de Vencimento
		Capacidade Instalada (MW)	Energia Assegurada (MW Médios)		
Hidrelétricas					
UHE Henry Borden	Rio das Pedras	889,00	127,7	01/12/1982	30/11/2012
UHE Porto Góes	Tietê	24,80	19,9	01/12/1982	30/11/2012
UHE Rasgão	Tietê	22,00	17,6	01/12/1982	30/11/2012
UHE Izabel	Ribeirão Grande	2,64	0,6	01/12/1982	30/11/2012
UHE Edgard de Souza	Tietê	11,00	—	01/12/1982	30/11/2012
Termelétricas					
UTE Piratininga		472,00	(a) 175,9	07/05/1951	07/07/2015
		1.421,44	341,7		

(a) Para usinas termelétricas, a nomenclatura utilizada é "Garantia Física", conforme Portaria nº 125/MME, de 14 de junho de 2007, representando a quantidade de energia disponível para comercialização e considerado válido somente para o 1º semestre de 2007.

14.2 Condições de Renovação

O prazo das concessões poderá ser prorrogado por período de até 20 anos, com base nos relatórios técnicos específicos preparados pela fiscalização da ANEEL, nas condições que forem estabelecidas, mediante requerimento da EMAE a ser apresentado até 36 meses antes do término da respectiva concessão, desde que a exploração das usinas esteja nas condições estabelecidas no Contrato de Concessão, na legislação do setor e atenda aos interesses dos consumidores.

14.3 Dos Bens Vinculados à Concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizadas na produção, transmissão, distribuição, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 020/1999 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

14.4 Capacidade de Recuperação Através de Operações Futuras

As concessões de geração de energia elétrica da EMAE foram outorgadas por usina, sendo os bens que compõem seu ativo imobilizado registrados em estrita consonância com as práticas contábeis adotadas no País e com as normas específicas para o setor Elétrico emanadas da ANEEL. A Legislação Brasileira, em particular os Decretos nº 24.643, de 10 de julho de 1934, e nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, ambos em vigor e sob a égide dos quais foram outorgadas as concessões das usinas com aproveitamentos hidrelétricos da EMAE, assegura a recuperação integral do investimento realizado em bens e instalações do serviço durante a concessão, no mínimo, pelos valores consignados nas Demonstrações Financeiras. Havendo resíduo de investimentos a recuperar ao final da concessão, este será indenizado ao concessionário pela reversão dos bens e instalações existentes, mediante recursos da Reserva Global de Reversão, nos termos dos artigos 33, 91 e demais artigos correlatos do Decreto nº 41.019.

15. OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

	2007	2006
Provisão de férias e gratificação de férias	6.201	5.195
Encargos sociais sobre férias	2.231	1.964
Outras provisões sobre folha	—	67
	8.432	7.226

16. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	2007		2006
	Circulante	Não Circulante	
COFINS s/receitas	746	1.166	
PIS s/receitas	162	253	
Encargos sociais s/folha de pagamento - empresa	1.949	1.896	
IPTU - REFIS (1)	1.212	1.164	
IPTU - REFIS (2)	114	114	
Outros	741	411	
	4.924	5.004	
Não Circulante			
IPTU - REFIS (1)	2.827	3.881	
IPTU - REFIS (2)	291	410	
	3.118	4.291	
	8.042	9.295	

(1) Refere-se a saldo de parcelamento de IPTU com a Prefeitura do Município de São Paulo, com amortização em 120 parcelas mensais, a partir de maio de 2001.

(2) Refere-se a saldo de parcelamento de IPTU com a Prefeitura do Município de Santana de Parnaíba, com amortização em 60 parcelas mensais, a partir de agosto de 2006.

17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	2007		2006
	Circulante	Não Circulante	
Contrato BNDES de 23/12/2			



EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A.
 CNPJ 02.302.101/0001-42 - Empresa Aberta
 http://www.emae.sp.gov.br

SECRETARIA DE
 SANEAMENTO E ENERGIA



GOVERNO DO ESTADO DE
SÃO PAULO
 TRABALHANDO POR VOCÊ

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006
 (Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA A EMPREGADOS

Credor	Objeto	2007			2006		
		Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
FUNDAÇÃO CESP	- Benefício Suplementar Proporcional						
	- Saldado - BPS	18.036	111.805	129.841	127.861		
	- Ajuste de liquidação CVM 371/2000	-	(54.823)	(54.823)	(6.678)		
		<u>18.036</u>	<u>56.982</u>	<u>75.018</u>	<u>121.183</u>		

19.1 Planos de Benefícios

A EMAE patrocina planos de benefícios de aposentadoria e pensão para seus empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários, com o objetivo de complementar os benefícios fornecidos pelo sistema oficial da previdência social. A Fundação CESP é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela EMAE. A EMAE, através de negociações com os sindicatos representativos da categoria, reformulou o plano em 1997, tendo como característica principal o modelo misto, composto de 70% do salário real de contribuição como benefício definido, e 30% do salário real de contribuição como contribuição definida. Essa reformulação teve como objetivo equacionar o déficit técnico atuarial e diminuir o risco de futuros déficits. Adicionalmente aos benefícios do plano, a EMAE oferece aos seus empregados outros benefícios como assistência médica e odontológica.

O custeio do plano para o benefício definido é paritário entre a Empresa e os empregados. O custeio da parcela estabelecida como contribuição definida é paritário entre a Empresa e os empregados baseado em percentual escolhido livremente pelo participante até o limite de 5%. As taxas de custeio são reavaliadas, periodicamente, por atuário independente.

O Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BPS é garantido aos empregados participantes do plano de suplementação que aderiram ao novo modelo implementado, a partir de 1º de janeiro de 1998, e vierem a se desligar, mesmo sem estarem aposentados. Esse benefício assegura o valor proporcional da suplementação relativo ao período do serviço anterior à data da reformulação do novo plano de suplementação. O benefício será pago a partir da data em que o participante completar as carências mínimas previstas no regulamento do novo plano.

19.2 Demonstração do Passivo a ser Registrado de Acordo com a Deliberação CVM nº 371/2000

Com base na avaliação atuarial elaborada por atuários independentes em 31 de dezembro de 2006, optou por deixar de diferir os ganhos ou perdas atuariais futuros, passando a reconhecer os imediatamente no resultado do exercício.

a) Premissas atuariais

As principais premissas atuariais utilizadas para determinação da obrigação atuarial são as seguintes:

	2007	2006
Taxa nominal utilizada para o desconto a valor presente do passivo atuarial..	10,24%	12,36%
Taxa de retorno esperada sobre os ativos do plano	11,28%	13,42%
Taxa de crescimento salarial futuro	7,12%	7,12%
Índice de reajuste de benefícios concedidos de prestação continuada	4,00%	6,00%
Fator de capacidade do benefício/salário preservar seu poder aquisitivo.....	0,9784	0,9681
Taxa de rotatividade	nula	nula
Tábua de mortalidade	AT - 83	GAM - 83
Tábua de entrada em invalidez	LIGHT-MÉDIA	LIGHT-MÉDIA
Tábua de mortalidade de ativos.....	Método de Hamza	Método de Hamza
Nº de participantes ativos	827	839
Nº de participantes inativos - aposentados sem ser por invalidez	392	382
Nº de participantes inativos - aposentados por invalidez	28	28
Nº de participantes inativos - pensionistas	32	28

b) Avaliação atuarial

Na avaliação atuarial dos planos foi adotado o método do crédito unitário projetado. O ativo líquido do plano de benefícios é avaliado pelos valores de mercado (marcação a mercado).

A EMAE, a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2006, optou por deixar de diferir os ganhos ou perdas atuariais futuros, passando a reconhecer os imediatamente no resultado do exercício.

b1) Conciliação dos ativos e passivos:

	2007	2006
Valor justo dos ativos.....	415.319	302.663
Total do passivo atuarial	(490.337)	(423.846)
Perdas (ganhos) a serem reconhecidos em exercícios futuros.....	-	-
Passivo líquido	<u>(75.018)</u>	<u>(121.183)</u>

b2) Movimentação do passivo atuarial:

	2007	2006
Valor presente da obrigação atuarial total líquida	423.846	397.718
Custo dos serviços correntes	2.065	2.108
Custo dos juros	52.387	49.158
Ganho/Perda atuarial	32.067	(5.667)
Benefícios pagos	(20.152)	(19.610)
Transferência de Contrib. Definida a Benefício Definido (CD a BD)	124	139
Valor presente da obrigação atuarial total líquida	<u>490.337</u>	<u>423.846</u>

b3) Movimentação do ativo do plano:

	2007	2006
Valor justo do ativo do plano	308.385	261.411
Contribuição do empregador.....	17.629	18.408
Contribuições dos empregados.....	877	1.227
Retorno ocorrido dos investimentos	108.456	41.088
Benefícios pagos.....	(20.152)	(19.610)
Transferência de CD a BD.....	124	139
Valor justo do ativo do plano	<u>415.319</u>	<u>302.663</u>

b4) Despesa estimada para:

	2008
Custo do serviço corrente	2.084
Custo dos juros	50.211
Retorno dos investimentos	(42.398)
Contribuição normal esperada dos empregados	(840)
Total.....	<u>9.057</u>

19.3 Equacionamento Financeiro dos Planos de Benefícios com a Fundação CESP

Para equacionar o fluxo de caixa entre a EMAE e a Fundação CESP, parte do passivo atuarial determinado pelos atuários independentes (BSPS e plano de benefício definido) está representada por instrumentos jurídicos formalizados pela Empresa em 1997, com intervenção da Secretaria Nacional de Previdência Complementar (SPC) na forma de contrato de ajuste de reservas a amortizar, que possui cláusula variável, conforme segue:

a) Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BPS - R\$ 129.841

Refere-se a saldo de contrato de Ajuste das Reservas Matemáticas para a cobertura de déficit técnico atuarial existente com a Fundação CESP até 31 de outubro de 1997, relativo ao "benefício suplementar proporcional saldado" - BPS. O contrato original previa amortização em 240 parcelas mensais, desde 30 de dezembro de 1997 e atualização pela variação do IGP-DI, acrescido de juros de 6% a.a.

Anualmente ao final de cada exercício o superávit ou déficit apurado na avaliação atuarial é integrado ao saldo do contrato e as parcelas do circulante são recalculadas com base no novo saldo do contrato.

Conforme mencionado acima, esse contrato possui cláusula variável de reajuste anual de acordo com o custo atuarial, portanto, representam na essência garantias para o equacionamento financeiro do plano de benefícios. Em virtude desse fato, o passivo da EMAE é registrado de acordo com a Deliberação CVM nº 371/2000.

Em 31 de dezembro de 2007, a diferença entre os saldos apresentados neste contrato e o valor do passivo registrado de acordo com Deliberação CVM nº 371/2000, é decorrente da diferença de metodologias utilizadas entre a EMAE e a Fundação CESP para avaliar a situação financeira dos planos de benefícios, e serão ajustadas anualmente pelos seus efeitos dos ganhos e perdas atuariais ao longo do tempo (maturação do plano).

20. TAXAS REGULAMENTARES/PASSIVO REGULATÓRIO

	2007	2006
Reserva Global de Reversão - RGR (1):		
- Quota mensal.....	165	128
- Diferença de quotas - 2003/2004.....	-	10
- Diferença de quotas - 2005 (2)	85	1.026
- Diferença de quotas - 2006 (3)	1.550	1.537
- Diferença de quotas - 2007 (4)	712	-
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	616	766
Taxa de fiscalização - ANEEL	28	47
Quota para P&D - FNDCT (5)	364	615
Quota para P&D - EPE (5)	185	676
P&D - Recursos para projetos (5)	2.123	1.578
Passivo regulatório - COFINS/PIS (6)	-	3.187
	<u>5.828</u>	<u>9.570</u>

- Repasse da quota anual para constituição de Reserva Global de Reversão - RGR, destinada à União Federal, para fins de prover recursos para reversão, encampação, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica.
- Através do Despacho ANEEL nº 053 de 12 de janeiro de 2007, foi fixado o parcelamento em 12 meses, com início de pagamento em fevereiro de 2007.
- Conforme Despacho ANEEL nº 212 de 28 de janeiro de 2008, foi fixado o parcelamento em 12 meses, com início de pagamento em fevereiro de 2008.
- Diferença de recolhimentos de 2007, cuja forma de pagamento será definida pela ANEEL no início de 2009.
- Referem-se ao saldo das quotas de P&D - Programa Anual de Pesquisa e Desenvolvimento a serem recolhidas pela Empresa em 2007, para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, para a Empresa de Pesquisa Energética - EPE, bem como saldo de recursos destinados a projetos de Pesquisa e Desenvolvimento, em cumprimento à Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000.
- Referia-se ao saldo decorrente da majoração das alíquotas de PIS e COFINS, em 2003 e 2004, respectivamente. Face à edição da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, artigo 109, a ANEEL determinou a devolução deste valor em 12 parcelas às distribuidoras, através das Resoluções Homologatórias nº 356, de 03 de julho de 2006, nº 384 e nº 386, de 19 de outubro de 2006.

21. ENCARGOS DE USO DA REDE ELÉTRICA

	2007			2006		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Encargos de uso da rede elétrica - CUSD/CUST (a).....	1.192	-	1.192	1.094	-	1.094
Tarifa de uso do sistema de distribuição - TUSDg (b)	862	2.242	3.104	-	-	-
	<u>2.054</u>	<u>2.242</u>	<u>4.296</u>	<u>1.094</u>	<u>-</u>	<u>1.094</u>

(a) Refere-se aos encargos pelo uso do sistema de transmissão e distribuição - CUST/CUSD, conforme Resoluções Homologatórias ANEEL nº 496 e 497, de 26 de junho de 2007.

(b) Parcelamento relativo à tarifa de uso do sistema de distribuição - TUSDg, devida no período de julho de 2004 a dezembro de 2007, estabelecido pela Resolução Homologatória ANEEL nº 497/2007, de 26 de junho de 2007, de acordo com a Resolução Homologatória ANEEL nº 547, de 11 de setembro de 2007 e complementada pelo Ofício Circular nº 176/2007 - SRT/ANEEL, de 03 de outubro de 2007 e Resolução Homologatória ANEEL nº 600, de 18 de dezembro de 2007.

22. PRÉ-VENDA DE ENERGIA ELÉTRICA

	2007			2006		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Contrato	4.426	5.574	10.000	-	-	-
Saldo decorrente do recebimento em 05 de novembro de 2007, de acordo com os termos do contrato de compra e venda de energia entre a EMAE e a CIPLAN - Cimento Planalto S.A., sediada no Distrito Federal, no valor de R\$ 30,9 milhões.	-	-	-	-	-	-
A energia contratada, de 4 MW médios, é decorrente do aumento da energia segura atribuída à Usina Hidroelétrica Henry Borden e será fornecida pelo parque gerador da EMAE no período de 01/01/2008 a 31/12/2014.	-	-	-	-	-	-
Esse saldo será amortizado mensalmente, a partir de janeiro/2008, com recebíveis do fornecimento de energia para a CIPLAN.	-	-	-	-	-	-

23. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Empresa responde por diversos processos e procedimentos administrativos perante diferentes tribunais e instâncias, de natureza trabalhista, cível e tributária, advindos do curso normal de seus negócios. A Administração da EMAE, baseada na opinião de seus assessores legais, constituiu provisão para causas cujo desfecho desfavorável é considerado provável.

	2006		2007			Depósitos Judiciais	Saldo
	Saldo	Provisão	Reversão	Transf. rência	Subtotal		
Circulante							
Trabalhistas							
Diversas	1.299	29	-	60	1.388	-	1.388
Não Circulante							
Trabalhistas							
Periculosidade	9.081	1.934	-	(1.206)	9.809	-	9.809
Diversas	2.740	2.814	(295)	1.146	6.405	(2.348)	4.057
	<u>11.821</u>	<u>4.748</u>	<u>(295)</u>	<u>(60)</u>	<u>16.214</u>	<u>(2.348)</u>	<u>13.866</u>
Cíveis	337	1.744	(382)	-	1.699	-	1.699
Tributárias	1.957	161	(403)	-	1.715	-	1.715
	<u>14.115</u>	<u>6.653</u>	<u>(1.080)</u>	<u>(60)</u>	<u>19.628</u>	<u>(2.348)</u>	<u>17.280</u>
	<u>15.414</u>	<u>6.682</u>	<u>(1.080)</u>	<u>-</u>	<u>21.016</u>	<u>(2.348)</u>	<u>18.668</u>

Periculosidade - Contingência de processo trabalhista - periculosidade, ajuizado pelos empregados através do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo, em 07 de julho de 1999.

Diversas - Referem-se a diversas ações decorrentes de processos movidos por empregados e ex-empregados as quais requerem, em geral, o pagamento de horas extras, equiparação salarial, insalubridade e outras questões.

Depósitos judiciais - A EMAE questiona a legitimidade de determinadas ações trabalhistas e por conta desse questionamento, por ordem judicial ou por estratégia da própria Administração, os valores em questão foram depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo. Em atendimento à Deliberação CVM nº 489/05, os depósitos judiciais relacionados a determinadas provisões trabalhistas estão apresentados deduzindo do respectivo passivo.

Cíveis - Referem-se a dois processos de reintegração de posse, nas comarcas de Cubatão e São Paulo, em discussão na esfera judicial.

Tributárias - Referem-se, basicamente, aos processos de ISS com a Prefeitura do Município de São Paulo e ITR com a União Federal.

A Administração da Empresa, embasada em parecer de seus assessores legais, entende não haver riscos significativos futuros que não estejam cobertos por provisões suficientes em suas Demonstrações Financeiras ou que possam resultar em impacto significativo no seu fluxo de caixa.

As contingências em 31 de dezembro de 2007, nas suas diferentes espécies, foram avaliadas e classificadas segundo probabilidades de risco econômico-financeiro, como demonstrado a seguir:

Natureza	Provável		Possível		Remota	
	2007	2006	2007	2006	2007	2006
Cível	1.699	337	315	211	5.408	9.936
Trabalhista	17.602	13.120	4.887	4.096	2.063	1.984
Tributária.....	1.715	1.957	211	-	101	348
	<u>21.016</u>	<u>15.414</u>	<u>5.413</u>	<u>4.307</u>	<u>7.572</u>	<u>12.268</u>

24. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Refere-se aos recursos derivados da Reserva Global para Reversão e Amortização constituída até 31 de dezembro de 1971, nos termos do Regulamento do Serviço Público de Energia Elétrica (Decreto Federal nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957), aplicados até aquela data na expansão do Serviço Público de Energia Elétrica. Sobre este saldo são calculados juros sobre RGR (Nota 30).

25. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A EMAE participa de transações com partes relacionadas, das quais destacamos:

	BANCO NOSSA CAIXA S.A.		DAEE		FUNDAÇÃO CESP	
	2007	2006	2007	2006	2007	2006
	ATIVO CIRCULANTE					
Aplicações financeiras.....	4.175	5.342	-	-	-	-
NÃO CIRCULANTE						
Valores a receber.....	-	-	69.813	70.305	-	-
	<u>4.175</u>	<u>5.342</u>	<u>69.813</u>	<u>70.305</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
PASSIVO CIRCULANTE						
Entidade de previdência a empregados	-	-	-	-	18.036	17.754
NÃO CIRCULANTE						
Entidade de previdência a empregados	-	-	-	-	56.982	103.429
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>75.018</u>	<u>121.183</u>
Efeito no Resultado:						
					<u>2007</u>	<u>2006</u>
RECEITAS FINANCEIRAS						
Aplicações financeiras					251	1.808
Valores a receber					5.001	4.893
					<u>5.252</u>	<u>6.701</u>
VARIAÇÕES MONETÁRIAS						
Valores a receber					2.735	2.757
DESPESAS OPERACIONAIS						
Entidade de previdência a empregados					27.321	(729)
					<u>35.308</u>	<u>8.729</u>

As condições e a natureza das operações apresentadas estão descritas nas Notas 4, 8 e 19.

25.1 Gestão compartilhada EMAE/CESP

Por decisão dos Conselhos de Administração da EMAE e CESP - Companhia Energética de São Paulo (empresa também controlada pelo governo do Estado de São Paulo), desde dezembro de 2002, as duas empresas passaram a ser geridas por diretoria unificada. As áreas gerenciais passaram a atuar de forma coordenada e as áreas operacionais passaram a atuar de forma integrada, mediante acordos técnico-operacionais assinados entre as partes. Os acordos prevêm adequada segregação de custos contábeis e orçamentários, além dos correspondentes reembolsos de gastos, se incorridos de uma empresa para outra. Em 31 de dezembro de 2007 a EMAE possui um saldo a receber de R\$ 1.430 com a CESP.

26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

26.1 Capital social

O capital social integralizado de R\$ 285.411 está dividido em 14.705.370 ações ordinárias e 22.241.714 ações preferenciais, todas nominativas escriturais e sem valor nominal.

Os principais acionistas em 31 de dezembro de 2007 são:

	Ordinárias		Preferenciais		Total	
	%	%	%	%	%	%
Governo do Estado de São Paulo e Companhias Ligadas:						
Fazenda do Estado de São Paulo	7.564.371	51,44	-	-	7.564.371	20,47
Companhia Energética de São Paulo - CESP (Nota 36 item b)						

continuação



EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A.
 CNPJ 02.302.101/0001-42 - Empresa Aberta
 http://www.emae.sp.gov.br

SECRETARIA DE
 SANEAMENTO E ENERGIA



GOVERNO DO ESTADO DE
 SÃO PAULO
 TRABALHANDO POR VOCÊ

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006
 (Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26.4 Absorção do saldo de Prejuízos Acumulados

Descrição	Reservas de Capital				Prejuízos Acumulados
	Subvenções p/ Investimentos	Remun. das Imob. em Curso	Incentivos Fiscais	Prejuízos Acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2006	443.244	185.297	3.513	163.679	
Absorção do saldo de prejuízos acumulados	(59.627)	(185.297)	-	244.924	
Prejuízo do exercício	-	-	-	(81.245)	
Saldos em 31 de dezembro de 2007	383.617	-	3.513	-	

A proposta da Administração à Assembleia Geral Ordinária, é pela utilização de parte das Reservas de Capital na absorção do saldo de prejuízos acumulados em conformidade com o inciso I, do artigo 200, da Lei nº 6.404/76.

27. RECEITAS DE VENDA, CUSTO DE COMPRA DE ENERGIA E USO DA REDE ELÉTRICA

27.1 Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR's e Atualização de Preços

A EMAE iniciou em 2005, o atendimento dos contratos com 35 distribuidoras para o suprimento de energia, em decorrência do 1º Leilão de Empreendimentos Existentes realizado em 07 de dezembro de 2004 (Nota 1).

A EMAE iniciou em 2006, suprimento às Distribuidoras CEEE, CELB, CELESC, COELBA, CPFL, CPFL Piratininga e CLFSC, referente aos contratos do 3º Leilão de Energia Existente realizado em 11 de outubro de 2005 (Nota 1).

Esses contratos têm cláusula de atualização de preços com base na variação do IPCA, que está sendo aplicada nas datas de reajustes das distribuidoras com a ANEEL, conforme segue:

Concessionárias	Mês de Reajuste	Produto 2005-2012	Produto 2006-2013	Produto 2007-2014	3º Leilão - Out/2005	(%) de Reajuste
Santa Cruz e Celb	Fevereiro	66,61	75,78	82,94	66,11	9,49
Ampla	Março	66,91	76,11	83,30	-	9,97
Energisa, Cemmat, CPFL, Cemig, AES Sul, Coelba, Cosern, Coelco, Energipe e Celpe Nacional, Caiuá, Vale Paranapanema e Bragançana	Abril	67,15	76,39	83,61	66,65	10,38
Cataguazes e Copel	Maio	67,32	76,58	83,82	-	10,65
Celins e Eletropaulo	Junho	67,51	76,80	84,05	-	10,96
Celins e Eletropaulo	Julho	67,70	77,01	84,29	-	11,27
Celins, Celpe, Escelsa-D, Celb, Elektro, Ceal, Cepisa, Cemar e Saelpa	Agosto	67,86	77,20	84,49	67,35	11,54
Celg	Setembro	68,18	77,56	84,89	-	12,07
Bandeirante, CEEE e Piratininga	Outubro	68,30	77,70	85,04	67,79	12,27
Light	Novembro	68,51	77,93	85,30	-	12,60

27.2 Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente de Contratação Livre - ACL

A EMAE participou de leilões de compra de energia realizados no segundo semestre de 2006 e em 2007, que resultaram no fornecimento para o consumidor livre Paramount Têxteis Indústria e Comércio Ltda. e no suprimento para comercializadoras de energia:

Data	Leilão de Compra de Energia	Qtde. (MW médio)	Período	Preço R\$/MWh	Faturamento 2007
28-set-06	Nº 07/2006 - Comercializadora de Energia Elétrica Ltda - COMERC (Consumidor Livre Paramount)	5,6	1/jan - 31/dez	81,5	4.850

Data	Leilão de Compra de Energia	Qtde. (MW médio)	Período	Preço R\$/MWh	Faturamento 2007
13-out-06	Diferencial Comercializadora de Energia Ltda	8	01/jan - 31/dez/07	110,00	7.368
15-fev-07	COPEN Paulista de Energia Ltda	70	01/fev - 28/fev/07	27,62	1.301
30-mar-07	Comercializ. Energia Elétrica Ltda - COMERC	50	01/mar - 31/mar/07	25,15	936
3-set-07	CPFL Comercializadora Brasil S.A	20	01/ago - 30/ago/07	47,37	705
9-out-07	Comercializ. Energia Elétrica Ltda - COMERC	20	01/set - 30/set/07	160,53	2.312
12-nov-07	Comercializ. Energia Elétrica Ltda - COMERC	10	01/out - 31/out/07	212,13	1.576
Suprimento de energia - comercializadores (Nota 1)		178			14.198

27.3 Energia Elétrica Vendida

	MWh (*)		R\$ mil	
	2007	2006	2007	2006
Fornecimento (1)				
PARAMOUNT	47.741	43.800	4.850	3.531
Suprimento				
Energia de leilão	1.038.474	1.003.085	69.919	64.623
MCSO	-	-	2.283	-
	1.038.474	1.003.085	72.202	64.623
Agentes comercializadores	186.461	-	14.198	-
	1.224.935	1.003.085	86.400	64.623
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (2)				
Energia de curto prazo	-	-	10.665	53.648
Total	1.272.676	1.046.885	101.915	121.802

(1) Classificam-se como "fornecimento" as operações de venda a consumidores finais, mediante contratos denominados "bilaterais", estabelecidos entre as partes, que regulam as condições de fornecimento, inclusive preços e formas de seu reajuste.

(2) Inclui os valores de faturamento de energia disponível comercializada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

(*) Quantidades não auditadas pelos Auditores Independentes.

27.4 Energia Elétrica Comprada e Encargos da Rede

	2007	2006
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (1)		
Energia de curto prazo e rateio (energia comprada para revenda)	4.670	956
Uso da Rede Elétrica (2)		
Custo de uso do sistema de transmissão e distribuição - CUST/CUSD	10.992	10.921
Tarifa de uso do sistema de distribuição - TUSDg	2.853	-
	13.845	10.921

(1) Inclui os valores de faturamento e fechamento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, decorrentes de aquisição de energia e do rateio entre as empresas geradoras do país.

(2) Refere-se aos custos pelo uso do sistema de transmissão e distribuição - CUST/CUSD, de conexão e rede básica, bem como o encargo de uso do sistema de transmissão - TUSDg, conforme Resoluções Homologatórias ANEEL nº 496 e 497, de 26 de junho de 2007, de acordo com a Resolução Homologatória ANEEL nº 547, de 11 de setembro de 2007, complementada pelo Ofício Circular nº 176/2007-SRT/ANEEL, de 03 de outubro de 2007 e Resolução Homologatória ANEEL nº 600, de 18 de dezembro de 2007 (Nota 21).

28. RENDA DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Refere-se à receita decorrente da prestação de serviços de operação e manutenção pela EMAE, conforme segue:

	2007	2006
DAEE (Barragem Móvel Penha)	1.451	1.849
Petrobras (UTE Fernando Gasparian)	6.797	10.374
CTEEP (Subestação Piratininga)	76	-
Outros serviços	178	-
	8.502	12.223

29. DESPESAS OPERACIONAIS

	2007	2006
Despesas gerais e administrativas		
Pessoal	(16.181)	(16.164)
Administradores	(977)	(711)
Material	(2.063)	(1.964)
Serviços de terceiros	(9.811)	(8.078)
Depreciação	(1.502)	(2.078)
Taxa de fiscalização - ANEEL	(335)	(566)
Arrendamentos e alugueis	(754)	(862)
	(31.623)	(30.423)
Outras despesas operacionais		
Energia livre		
Provisão para realização de créditos	(4.610)	(13.713)
(-) Reversão de provisão para realização de créditos	30.411	-
Realização de perda (baixa de valores a receber)	(30.985)	-
Outras	(608)	(806)
	(5.792)	(14.519)
	(37.415)	(44.942)

30. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2007	2006
Receitas		
Rendimentos de aplicações financeiras	251	1.808
Atualização de valores a receber - DAEE	5.001	4.893
Atualização de valores a receber - Energia livre	4.610	6.629
Atualização de quotas subordinadas FIDC	958	-
Juros sobre alienação de bens e direitos	355	-
Atualização sobre créditos tributários	189	3.537
Outras	77	38
	11.441	16.905
Despesas		
Juros sobre dívidas	(1.271)	(741)
Outras:		
Encargos FIDC	(1.969)	-
Encargos notas promissórias	(331)	-
Encargos sobre tributos e contribuições sociais	(715)	(3.277)
Juros sobre RGR	(810)	(810)
Atualização de encargos de uso da rede elétrica - TUSDg	(251)	-
CPMF	(979)	(982)
Outras	(249)	(546)
	(6.575)	(6.376)
Variações monetárias líquidas		
Variações monetárias ativas	3.157	2.879
Variações monetárias passivas	(6.452)	(4.771)
	(3.295)	(1.892)
	1.571	8.637

31. SEGUROS (Não auditada pelos auditores independentes)

Com base em estudos de consultoria especializada, a Administração da Empresa optou por manter apólices de seguros, nas modalidades abaixo especificadas:

Risco	Início da Vigência	Término da Vigência	Importância Segurada	Prêmio
Responsabilidade Civil Geral - Operacional e Atividades	08/02/2007	08/04/2008	3.200	74
Responsabilidade Civil Geral - Atividades da Administração	08/02/2007	08/02/2008	1.000	43
Responsabilidade Civil Geral - Danos Causados por Embarcações	30/11/2007	30/11/2008	310	2
			4.510	119

32. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Considerando os termos da Instrução CVM nº 235/95, a Empresa procedeu a uma avaliação de seus ativos e passivos contábeis em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, tanto a interpretação dos dados de mercado quanto a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para se produzir o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para estimativas pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

32.1 Considerações sobre riscos

O negócio da Empresa compreende principalmente a geração de energia para venda a empresas concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica. Os principais fatores de risco de mercado que afetam seus negócios são como segue:

- Risco de crédito:**
O risco surge da possibilidade de a Empresa vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é avaliado pela Empresa como baixo, tendo em vista a existência de garantias contratuais na qualidade de concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia sob fiscalização da ANEEL, inclusive com a possibilidade de intervenção na concessão, e pelo fato de não haver histórico de perdas significativas na realização de seus recebíveis.
- Risco de não renovação das concessões:**
A EMAE detém concessões para exploração dos serviços de geração de energia elétrica com a expectativa, pela Administração, de que sejam renovadas pela ANEEL e/ou Ministério de Minas e Energia. Caso a renovação das concessões não seja deferida pelos órgãos reguladores ou mesmo ocorra mediante a imposição de custos adicionais para a EMAE ("concessão onerosa"), os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

32.2 Valorização dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Empresa em 31 de dezembro de 2007 são descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização/avaliação:

- Disponibilidades/Aplicações financeiras - Compreendem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras. O valor de mercado desses ativos não difere dos valores demonstrados no balanço patrimonial da Empresa.
- Valores a receber - Energia livre - Estes créditos e débitos decorrem basicamente da venda de energia livre durante o período de racionamento e de transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (antigo MAE) e foram registrados e valorizados com base nas informações disponibilizadas pelo MAE. Conforme determinação do Ofício Circular nº 2.409 SFF/ANEEL, de 14 de novembro de 2007, a EMAE promoveu a baixa do saldo a receber de energia livre não faturado pelas distribuidoras no prazo estabelecido pela ANEEL, bem como a reversão da provisão para realização destes créditos (Nota 6).
- Empréstimos e financiamentos - A Administração da EMAE estima que os valores de mercado dos empréstimos e financiamentos não apresentem diferenças significativas em relação aos reconhecidos nas demonstrações financeiras.

A Empresa não mantém transações com instrumentos financeiros derivativos à data de suas demonstrações financeiras.

33. COMPROMISSOS AMBIENTAIS

A EMAE observa a legislação ambiental, cumpre rigorosamente as exigências dos órgãos licenciadores e considera no planejamento de suas atividades os seguintes compromissos:

- Compensação ambiental por supressão da vegetação na Usina Porto Góes - apresentada ao Departamento Estadual de Proteção de Recursos Naturais da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, em 2006, proposta de implantação de uma Reserva Particular de Patrimônio Natural - RPPN. A Administração estima que a proposta possa ser aprovada no ano de 2008 e que a implantação da RPPN possa ocorrer em 2009, envolvendo desembolso no montante estimado de R\$ 500. O custo de monitoramento e manutenção dessa reserva, após sua implantação, é estimado em R\$ 20 ao ano.
- Manuseio, descarte e destinação final de equipamentos que contém PCB's na área de atuação da EMAE - cumprindo a legislação em vigor, esta questão deverá ser solucionada até o ano de 2020, com custo estimado de R\$ 200.
- Pendência da Licença Prévia, Fase 3, de 2005, referente a monitoramento de água e solo na Usina Térmica de Piratininga - o desembolso com esta questão é estimado em R\$ 96 e está orçado para execução nos anos de 2008 e 2009.
- Medidas de conservação estimadas em R\$ 78, relativas à Usina Izabel, que se encontra em processo de alienação e desmembramento do patrimônio da EMAE.
- Remoção de resíduos e reafecimento de área no Jardim São Luiz, na área de influência do Canal do Rio Pinheiros - custo estimado em R\$ 70 para execução em 2008.
- Diversos programas de preservação de áreas ou de recuperação de áreas degradadas, manutenção de viveiro de mudas, destinação final de resíduos industriais gerados e ações de conscientização ambiental tem custo estimado de R\$ 185 anuais.
- Adicionalmente, a EMAE mantém convênio com a Fundação Patrimônio Histórico da Energia e Saneamento de São Paulo para viabilizar as atividades do Pólo Ecológico Caminhos do Mar - repasses estimados em R\$ 500 ao ano.

34. MUDANÇAS DE PRÁTICAS CONTÁBEIS

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638, que altera, revoga e introduz novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações, notadamente em relação ao capítulo XV, sobre matéria contábil, que entra em vigor a partir do exercício que se inicia em 1º de janeiro de 2008. Essa Lei teve, principalmente, o objetivo de atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade (IFRS) e permitir que novas normas e procedimentos contábeis sejam expedidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM em consonância com os padrões internacionais de contabilidade.

As modificações na legislação societária brasileira são aplicáveis para todas as companhias constituídas na forma de sociedades anônimas, incluindo companhias de capital aberto, bem como estendem às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Conforme definido na Lei, considera-se de grande porte, para os fins exclusivos da referida Lei, a sociedade ou o conjunto de sociedades sob controle comum que tiver, no exercício social anterior, ativo total superior a R\$ 240 milhões ou receita bruta anual superior a R\$ 300 milhões. Adicionalmente, companhias de capital fechado poderão optar por observar as normas sobre demonstrações financeiras expedidas pela CVM para as companhias abertas.

Algumas alterações devem ser aplicadas a partir do início do próximo exercício, enquanto outras dependem de regulamentação por parte dos órgãos reguladores.

As principais modificações que podem afetar a Empresa podem ser resumidas como segue:

- Substituição da demonstração das origens e aplicações de recursos pela demonstração dos fluxos de caixa.
- Inclusão da demonstração do valor adicionado, aplicável para companhias de capital aberto, que demonstra o valor adicionado pela Empresa, bem como a composição da origem e alocação de tais valores.
- Possibilidade de manter separadamente a escrituração das transações para atender à legislação tributária e, na sequência, os ajustes necessários para adaptação às práticas contábeis.
- Criação de novo subgrupo de contas, intangível, que inclui ágio, para fins de apresentação no balanço patrimonial. Essa conta registrará os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido.
- Obrigatoriedade do registro no ativo imobilizado dos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à Companhia os benefícios, os riscos e o controle dos bens (exemplo: "leasing" financeiro).
- Modificação do conceito para valores registrados no diferido. Somente as despesas pré-operacionais e os gastos de reestruturação que contribuíram efetivamente, para o aumento do resultado de mais de um exercício social e que não configurem tão-somente uma redução de custos ou acréscimo na eficiência operacional.
- Obrigatoriedade de a Empresa analisar, periodicamente, a capacidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado, intangível e diferido, com o objetivo de assegurar que: (i) a perda por não-recuperação desses ativos é registrada como resultado de decisões para descontinuar as atividades relativas a referidos ativos ou quando há evidência de que os resultados das operações não serão suficientes para assegurar a realização de referidos ativos; e (ii) o critério utilizado para determinar a estimativa de vida útil remanescente de tais ativos com o objetivo de registrar a depreciação, amortização e exaustão é revisado e ajustado.
- Requerimentos de que as aplicações em instrumentos financeiros, inclusive derivativos, sejam registradas: (i) pelo seu valor de mercado ou valor equivalente, quando se tratar de aplicações destinadas à negociação ou disponíveis para venda; e (ii) pelo valor de custo de aquisição ou valor de emissão, atualizado conforme disposições legais ou contratuais, ajustado ao valor provável de realização, quando este for inferior.
- Criação de um novo subgrupo de contas, ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido, para permitir o registro de determinadas avaliações de ativos a preços de mercado, principalmente instrumentos financeiros; o registro de variação cambial sobre investimentos societários no exterior avaliados pelo método de equivalência patrimonial (até 31 de dezembro de 2007 essa variação cambial era registrada no resultado do exercício); e os ajustes dos ativos e passivos a valor de mercado, em razão de fusão e incorporação ocorrida entre partes não relacionadas que estiverem vinculadas à efetiva transferência de controle.
- Introdução do conceito de ajuste a valor presente para as operações ativas e passivas de longo prazo e para as relevantes de curto prazo.
- Revogação da possibilidade de registrar: (i) prêmio recebido na emissão de debêntures; e (ii) doações e subvenções para investimento (inclusive incentivos fiscais) decorrentes do aumento de reservas de capital em conta de patrimônio líquido. Isso significa que as doações e as subvenções para investimento passarão a ser registradas no resultado do exercício. Para evitar a distribuição como dividendos, o montante das doações e subvenções poderá ser destinado, após transitarem pelo resultado, para reserva de incentivos fiscais.
- Eliminação da reserva de reavaliação. Os saldos existentes nas reservas de reavaliação deverão ser mantidos até sua efetiva realização ou estornados até o fim do exercício social em que a Lei entrar em vigor.
- Requerimento de que os ativos e passivos da Companhia a ser incorporada, decorrentes de transações que envolvam incorporação, fusão ou cisão entre partes independentes e vinculadas à efetiva transferência de controle, sejam contabilizados pelo seu valor de mercado.
- Eliminação do parâmetro de relevância para ajuste do investimento em coligadas e controladas pelo método de equivalência patrimonial e substituição do parâmetro de 20% do capital social da investida para 20% do capital votante da investida.

Em razão de essas alterações terem sido recentemente promulgadas e algumas ainda dependerem de regulamentação por parte dos órgãos reguladores para serem aplicadas, a Administração da Empresa ainda não conseguiu avaliar todos os efeitos que referidas alterações poderiam resultar em suas demonstrações financeiras e nos resultados dos exercícios seguintes.

35. FATOS RELEVANTES

- Em 05 de dezembro de 2007, foi liquidada a Emissão Pública de R\$ 22,5 milhões, correspondente a 45 Notas Promissórias no valor nominal unitário de R\$ 500 mil, com o Banco ABC Brasil, remuneradas pela variação do CDI, acrescidas de juros de 3% a.a., com prazo de vencimento de 180 dias (Nota 17 - item c).
- Em 15 de janeiro de 2008, a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo expediu ordem de serviço, no âmbito do contrato com o consórcio liderado pelo Banco Citibank S.A., para início da prestação de serviços de consultoria para avaliação, modelagem e execução de venda da participação acionária detida pelo Estado no capital da EMAE.
- Em 22 de janeiro de 2008, por intermédio da Resolução Autorizativa nº 1.218, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL aprovou:
 - A transferência da concessão para explorar a UTE Piratininga, objeto do Contrato de Concessão de Geração nº 002/2004-ANEEL, da EMAE para a Baixada Santista Energia S.A. - BSE.
 - A homologação do Contrato de Arrendamento dos Ativos de Geração da UTE Piratininga, celebrado entre EMAE e a BSE.
 - As minutas do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 002/2004-ANEEL e do novo Contrato de Concessão, que deverão ser assinados pela EMAE e pela BSE, no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data da publicação da Resolução, formalizando a transferência da concessão.

36. EVENTOS SUBSEQUENTES

- Em 14 de janeiro de 2008, a Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Geração - SFG da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através do Despacho nº 82, liberou as unidades geradoras nº 3 e 4, de 136.000 kW cada, da UTE Piratininga, para início da operação em teste, em ciclo combinado com a UTE Fernando Gasparian, a partir daquela data. A EMAE deverá enviar à SFG, no prazo de 60 (sessenta) dias, após a data de conclusão da operação em teste, o relatório final de testes e ensaios, ratificando ou retificando a potência das unidades geradoras. A solicitação do início da operação comercial somente poderá ser efetuada após a conclusão da operação em teste.
- O Conselho Diretor do Programa Estadual de Desestatização - PED aprovou, em reunião de 15 de fevereiro de 2008, a alienação das ações de emissão da EMAE, de propriedade da CESP - Companhia Energética de São Paulo, para a Fazenda do Estado de São Paulo.
- Em 28 de fevereiro de 2008, a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia publicou no Diário Oficial da União a Portaria nº 11, que estabeleceu em 24,3 MW médios a garantia física adicional da Usina Hidrelétrica Henry Borden, de propriedade da EMAE, localizada no Rio das Pedras, Município de Cubatão, Estado de São Paulo, em razão do início da operação em teste do Sistema de Flotação de que tratou a Nota Técnica 26/2008-DPE/SPE/MME, de 12 de fevereiro de 2008. A garantia física de energia

→ continuação



EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A.
CNPJ 02.302.101/0001-42 - Empresa Aberta
http://www.emae.sp.gov.br

SECRETARIA DE
SANEAMENTO E ENERGIA



GOVERNO DO ESTADO DE
SÃO PAULO
TRABALHANDO POR VOCÊ

INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES

ANEXO I DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006 (Valores em milhares de reais)		ANEXO II DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006 (Valores em milhares de reais)	
	2007	2006	
Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais:			GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
Prejuízo do exercício	(81.245)	(78.895)	Receitas
Ajustes para reconciliar o prejuízo ao caixa proveniente das operações:			Receitas operacionais
Depreciação	37.652	38.008	111.225
Variações monetárias de itens de longo prazo	12.547	5.509	Provisão para créditos de liquidação duvidosa - apropriação
Entidade de previdência a empregados	(46.739)	(12.846)	(189)
Baixas do ativo imobilizado	-	105	Resultado não operacional
Baixas do investimento	-	353	116.869
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22.278	(2.747)	134.986
Provisão para realização de créditos	628	935	(10)
(-) Reversão de provisão para realização de créditos	(1.088)	-	(341)
Provisão para contingências	6.653	3.240	
(-) Reversão de provisões para contingências	(1.080)	(2.167)	
Encargos de uso da rede elétrica	2.853	-	
Impostos, taxas e contribuições	-	458	
Execuções de caucões e depósitos vinculados a litígios	2	1.375	
Outras	79	-	
Variação de ativos e passivos operacionais:			
Contas a receber de revendedores	(1.557)	6.427	
Contas a receber de consumidores	143	(327)	
Valores a receber - Energia livre	10.476	20.680	
Energia de curto prazo - CCEE	2.823	(756)	
Valores a receber - DAEE	8.227	30.780	
Alienação de bens e direitos	(3.414)	-	
Provisão p/ créditos de liquidação duvidosa	189	10	
Renda da prestação de serviços	520	(520)	
Tributos e contribuições compensáveis	3.664	1.967	
Estoques	715	664	
Ativo regulatório	-	3.519	
Despesas antecipadas	(15)	2	
Outros créditos	(5.790)	2.590	
Caucões e depósitos vinculados	(4.160)	(417)	
Fornecedores	481	(2.958)	
Folha de pagamento	1.420	2	
Obrigações estimadas - folha de pagamento	1.206	(482)	
Tributos e contribuições sociais	(1.435)	(3.960)	
Juros pagos e incorridos	(308)	(3.101)	
Entidade de previdência a empregados	(16.148)	(16.419)	
Taxas regulamentares/passivo regulatório	(3.742)	5.743	
Provisão para contingências	30	(324)	
Encargos de uso da rede elétrica	808	-	
Pré-venda de energia elétrica	10.000	-	
Outros passivos	(90)	76	
	(43.417)	(3.476)	
Caixa Utilizado nas Atividades de Investimentos:			
Aplicações no imobilizado	(7.902)	(8.383)	
Caixa Gerado (Utilizado) nas Atividades de Financiamento:			
Aumento de empréstimos - FIDC	67.000	-	
Amortização de empréstimos - FIDC	(8.188)	-	
Aumento de empréstimos - Notas Promissórias	22.500	20.000	
Amortização de empréstimos - Notas Promissórias	(20.000)	-	
Amortização de empréstimos e financiamentos - BNDES	(11.510)	(9.755)	
	49.802	10.245	
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes a caixa	(1.517)	(1.614)	
Caixa e equivalentes à caixa no início do exercício	8.980	10.594	
Caixa e equivalentes à caixa no final do exercício	7.463	8.980	

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE
DILMA SELI PENAVICE-PRESIDENTE
ANTONIO RUBENS COSTA DE LARA

CONSELHEIROS

CARLOS ROGÉRIO ARAÚJO
GERALDO JOSÉ DA CÂMARA FERREIRA DE MELO
HOMER VAZ DO AMARAL NETO
HUMBERTO RODRIGUES DA SILVA
JOÃO FRANCISCO APRÁ
JOÃO RUY CASTELO BRANCO DE CASTRO
JOSÉ GREGORI

JOSÉ ROBERTO DE ANDRADE FILHO
LUIZ FELIPE FRANCO SOUTELLO
MÁRIA HELENA GUIMARÃES DE CASTRO
NELSON LUIZ RODRIGUES NUCCI
PAULO ANTONIO CARNEIRO DIAS
RENILSON REHEM DE SOUZA
SÉRGIO SEBASTIÃO PEREIRA ZOLA

DIRETORIA

GUILHERME AUGUSTO CIRNE DE TOLEDO
DIRETOR PRESIDENTEVICENTE K. OKAZAKI
DIRETOR FINANCEIRO
E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORESANTONIO BOLOGNESI
DIRETOR DE GERAÇÃO E ADMINISTRATIVOMAURO MARQUES
GERENTE DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
CONTADOR - CRC 1SP253079/O-1

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A., dando cumprimento ao que dispõem os incisos I, II, VII do artigo 163 da Lei nº 6.404/76, de 15 de dezembro de 1976, examinou as Demonstrações Financeiras da Empresa, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, elaboradas segundo os princípios estabelecidos nos capítulos XV e XVI do referido diploma legal, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado, Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstrações das Origens e Aplicações de Recursos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e 2006, complementados por Notas Explicativas, bem como Relatório da Administração sobre os negócios sociais e principais fatos administrativos do exercício.

Com fundamento nos exames realizados, nos esclarecimentos prestados pela Diretoria e no Parecer dos Auditores Independentes, observado o parágrafo 5º e a relevância de resultados futuros da Empresa, em razão do que consta nas Notas Explicativas nºs 35c e 36, este Conselho é de opinião que o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, estão em condições de serem submetidas à deliberação dos Senhores Acionistas. É o Parecer.

São Paulo, 20 de março de 2008

Aparecida Massako Funagoshi Bovi
Cláudio Osvaldo Marques

Rui Brasil Assis

Atílio Gerson Bertoldi
Mary-Annie Cairns Guerrero

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da
Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. - EMAE

São Paulo - SP

- Examinamos os balanços patrimoniais da Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. - EMAE, levantados em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
- Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreendemos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Empresa; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Empresa, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
- Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. - EMAE em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
- As informações suplementares contidas nos Anexos I e II, referentes, respectivamente, às demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, são apresentadas com o propósito de permitir análises adicionais e não são requeridas como parte das demonstrações financeiras básicas. Essas informações foram por nós examinadas de acordo com os procedimentos de auditoria mencionados no parágrafo 2 e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
- As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Empresa. A Empresa tem sofrido contínuos prejuízos operacionais e apresentado deficiência de capital de giro, fatores estes que geram dúvidas quanto à sua possibilidade de continuar em operação. A Administração da Empresa tem avaliado os impactos econômico-financeiros sobre seus negócios, resultantes das alterações introduzidas pelo novo Modelo Setorial implementado a partir de 2004, e as recentes experiências com os leilões de energia. Como resultado dessa avaliação, a Administração entende que serão necessárias outras medidas, atualmente em discussão com o Poder Concedente (ANEEL e Ministério de Minas e Energia) e acionista controlador (Governo do Estado de São Paulo), além das medidas já tomadas, visando à redução de custos e ao aumento de receitas da Empresa, para permitir rentabilidade às suas operações e a realização dos investimentos feitos em seu parque gerador, cujo saldo monta a R\$ 782.163 mil em 31 de dezembro de 2007 (R\$ 811.913 mil em 2006), e é composto principalmente, pela Usina Hidrelétrica Henry Borden e pela Usina Termelétrica Piratininga. As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas para empresas em regime normal de operações e não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos ou quanto aos valores e a classificação de passivos que poderiam ser requeridos no caso de eventual paralisação das operações.

São Paulo, 07 de março de 2008

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8
Iara Pasian
Contadora
CRC nº 1 SP 121517/O-3

Deloitte.

